

# DIURNA.

*a ousadia de escrever*

MAI 2023

Nº 11

**Ano 3**

Número XI

*O Jornal Nacional dos Estudantes da Universidade Católica Portuguesa*

*Porto | Lisboa | Braga | Viseu*

**Edição** | Maio 2023

# D.

## **Direção Nacional**

### **Diretor Nacional**

*Nuno Brochado de Agarez*

### **Editor in Chief - Porto**

*Maria Luís Gaspar*

### **Editor in Chief - Lisboa**

*Catarina Andrade*

## **Equipa Editorial**

### **Porto**

*Guilherme Santos*

*Lúcia Catarina Ferreira*

### **Lisboa**

*Maria Pia Silva*

*Joana Yee*

*Pedro Almeida e Brito*

### **Braga**

*David Gomes Vaz*

### **Viseu**

*Francisca Santos*

**Editorial**

Maria Luís Gaspar e Catarina Andrade

**A Constituição da União Europeia**

Patrícia Fragoso Martins

Inês Quadros

**O fundamento da impropriamente designada  
“sub-rogação dos credores do repudiante”**

Rita Lobo Xavier e Catarina Andrade

**Redistribuição de grandes heranças**

Diogo Alves de Sousa

**O diálogo necessário do Direito Fiscal com o  
Direito Privado**

Paulo da Rocha Pichel

**Anatomia de um aeroporto**

José Correia Guedes

**Fraquezas de algumas culturas fortes**

Arménio Rego

**O ChatGPT como juiz**

António Cortês

**No Princípio**

Francisco Almeida Amaral

**Networking**

Maria Cunha Matos

**O contributo das sondagens para a  
democracia**

André Azevedo Alves e Ricardo Ferreira Reis

**A descentralização para o poder autárquico**

Rui Moreira

Luísa Salgueiro

**Fazer política com profundidade**

Eva Brás Pinho

**Personalidade em Destaque**

Alexandra Leitão

**O impacto transformador da tecnologia na  
negociação empresarial**

Pedro Mota Veiga

**O papel de Elon Musk**

Guilherme Santos

**Depender da bondade de estranhos**

Rui Patrício

**Braga**

Nuno Fazenda

**O papel da mulher, e de todos nós, na ciência**

Célia Manaia

**A pessoa com deficiência**

Isabel Madureira

**Italiani, Brava Gente (?)**

Andrea Brignone

**Exploring the potential of CBDCs**

Rúben Pimentel

**Arte em destaque - Livraria Lello**

José Manuel Lello

**Os preferidos**

Rui Silva Leal

**Editorial**

Nuno Brochado de Agarez



# D.

## EDITORIAL

### CATÓLICA NO PORTO

**C**reio que não se reflete o suficiente sobre a verdadeira quota de responsabilidade em pensar uma publicação: seja porque quem o faz beneficia de alguma alienação face à temática, seja, talvez, apenas porque, numericamente, a dimensão dos que leem supera a de quem apresenta o produto final.

Em tempo de desorientação e esquizofrenia opinativa, a raiva de uma equipa quer-se surda e as paixões controladas; uma permanente disponibilidade para entregar algo que não nos pertence – as palavras de outros. Não deixa de haver uma constante perplexidade nisso: ser a plataforma entre a mensagem de uns e o entendimento dos demais (uma incumbência que apenas subsiste, se baseada em motivações despreziosas). Assim, o exercício sistemático de autoprojeção, que confere distância e reduz a inquietude, é de elementar indispensabilidade.

Nesta décima primeira edição, findo o período de 2022/2023, encerra-se um capítulo que, naturalmente, a todos nos dignifica e envaidece, certos de que dirigimos um produto bem maior do que nós próprios. Posto isto, da minha parte e em nome da Equipa Editorial do Porto, desejo-vos boas leituras.

**Maria Luís Gaspar**

Editor-in-Chief - Porto



# D.

## EDITORIAL

### CATÓLICA EM LISBOA

**U**m ano. O terceiro do Diurna., o primeiro de Lisboa. Um ano, quatro edições e quatrocentos cafés. Um ano em que, além de editora, tive o enorme gosto de ser leitora.

Esta última edição é especial, porque nos despedimos da mente brilhante que criou este projeto do zero. O maior exemplo de que a sorte protege os audazes. Uma alma velha que sabe dar vida a um rascunho com uma simplicidade ímpar e que o escreve com a confiança de a quem foi dada carta branca para compor o que quiser. Enquanto a ambição foi sala de espera do impossível, apenas lhe restaram possíveis por aguardar.

Despedimo-nos na confiança de que o Diurna. tem um futuro para contar. Voltaremos para dar mundo às ideias e aprimorar o que já nasceu com personalidade. Na convergência de todas as áreas do saber, responderemos às questões que o futuro ditará. Na sinergia das quatro cidades, contaremos o que é, o que foi e o que ainda será. Contaremos o que lhes faltar escrever e o tanto que a nós ainda nos falta conhecer.

Em nome da equipa de Lisboa, desejo-lhes uma boa leitura, com a promessa de que nos reencontraremos para o ano, sempre com a mesma ousadia de escrever.

**Catarina Andrade**

Editor-in-Chief - Lisboa



D.

A BOA DOUTRINA  
CON/DIVERGE

# A CONSTITUIÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA

POR:

**PATRÍCIA FRAGOSO MARTINS**

PROFESSORA AUXILIAR  
DA FACULDADE DE DIREITO  
(CATÓLICA EM LISBOA)

**INÊS QUADROS**

PROFESSORA AUXILIAR  
DA FACULDADE DE DIREITO  
(CATÓLICA EM LISBOA)



POR PATRÍCIA FRAGOSO MARTINS

---

Corria o ano de 1986, ano de adesão de Portugal às Comunidades Europeias, quando o Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) afirmou, pela primeira vez, no acórdão *Os Verdes c. Parlamento Europeu*, que os Tratados constitutivos são “a carta constitucional de base de uma Comunidade de Direito” (para. 23). Tratou-se de uma afirmação controversa à data e que ainda hoje convoca resistências e alguma discussão académica. Em certo sentido ela faz eco das palavras do Supremo Tribunal Norte-Americano no famoso caso *McCulloch v. Maryland* (1819): “*it is a constitution we are expounding*”.

Sem prejuízo, subsistem autores que recusam esta ideia. O debate ganhou visibilidade pública, de forma mais assinalável, aquando da elaboração do Tratado Constitucional Europeu e do subsequente abandono da linguagem *constitucionalizante* subjacente aos Tratados europeus com a reforma de Lisboa.

Deve dizer-se, todavia, que a questão de saber se os Tratados constitutivos se reconduzem à constituição da União não passa por saber se assim o são formalmente designados, importando antes atender à sua substância e materialidade. Neste sentido, o artigo 16.º da Declaração dos Direitos do

Homem e do Cidadão, de 1789 é particularmente feliz: «*[t]oute Société dans laquelle la garantie des Droits n'est pas assurée, ni la séparation des Pouvoirs déterminée, n'a point de Constitution*». Encontramos aqui o “coração” da ideia de constituição, assente na garantia dos direitos fundamentais e no princípio da separação de poderes. Aí onde não estiverem asseguradas estas dimensões não teremos constituição em sentido material. Neste sentido, a noção de constituição reconduz-se ao conjunto de princípios e normas que estabelecem o desenho institucional de uma comunidade política limitando aí o exercício do poder público.

**(...) a questão de saber se os Tratados constitutivos se reconduzem à constituição da União não passa por saber se assim o são formalmente designados, importando antes atender à sua substância e materialidade.**

Dúvidas não restam que, quanto ao seu conteúdo, os Tratados europeus encerram as garantias fundamentais do constitucionalismo moderno. Por um lado, a União assenta no princípio da separação de poderes, refletido tanto na repartição vertical de atribuições e competências entre

Estados-Membros e União (artigo 5.º TUE), como na separação horizontal de poderes entre as diversas instituições europeias (artigo 13.º TUE). Por outro lado, a União respeita hoje os direitos fundamentais a um nível tendencialmente equivalente ao que se verifica no plano nacional - na sequência de um esforço pretoriano do TJUE que culminou na adoção do artigo 6.º TUE que funda essa proteção numa tríade sugestiva: Carta dos Direitos Fundamentais, Convenção Europeia dos Direitos do Homem e princípios gerais de direito da União. Ademais, os valores e princípios em que assenta a União são assegurados por um “sistema completo de vias de recurso e de procedimentos” – também reconhecido em *Os Verdes* - que assenta no TJUE e nos tribunais nacionais enquanto pedras angulares da arquitetura judiciária europeia. E, por fim, da jurisprudência decorre ainda, de forma inequívoca, a força de lei constitucional do direito primário da União (*e.g.* acórdão *Costa/ENEL*).

### **Dúvidas não restam que, quanto ao seu conteúdo, os Tratados europeus encerram as garantias fundamentais do constitucionalismo moderno.**

Aqueles que recusam a natureza constitucional dos Tratados que fundam a União destacam sobretudo a ausência de um povo europeu, titular de um verdadeiro poder constituinte, e de uma genuína identidade coletiva europeia. O argumento convoca a existência de uma associação íntima entre as noções de povo, constituição e Estado-nação. Ora, é certo que a União Europeia não se baseia na existência de uma nação única e indivisível, como sucede com os típicos Estados-nação ou outras federações de Estados. Este traço não é, contudo, característico apenas da União. Dela fazem parte, aliás, Estados-Membros que também não assentam numa nação única, mas de cuja natureza constitucional não se duvida. É que a noção de constituição reconduz-se a um conjunto de opções valorativas e normativas mais do que à realidade subjacente à qual aquelas se pretendem aplicar. Na União, essas opções correspondem aos valores do

constitucionalismo moderno (artigo 2.º TUE) e são aquelas que impõem a limitação ao exercício dos poderes públicos, quer por via da sua atribuição a diferentes instituições (nacionais e europeias), quer por via da afirmação, proteção e garantia (também jurisdicional) dos direitos fundamentais. É aqui que, encontrado o núcleo essencial da ideia de constituição, não se hesita em afirmar que constitucional não é apenas a ordem jurídica de cada um dos Estados-Membros. É-o também a ordem jurídica criada pelos Tratados da União. E não pode assim deixar de ser. Com efeito, a transferência crescente de competências para a União só será reconhecida como legítima num contexto em que a própria União se encontra vinculada às garantias de Estado de Direito a um nível pelo menos equivalente àquele a que a elas se encontram vinculados os seus Estados-Membros.

**Patrícia Fragoso Martins**

PROFESSORA AUXILIAR DA CATÓLICA EM LISBOA

## POR INÊS QUADROS

---

O que suscita interesse na União Europeia é justamente a sua capacidade de desconstruir as categorias políticas que se desenvolveram na História a partir da era moderna. Assim, por um lado, é muitas vezes afirmado que a União não tem uma Constituição porque não é um Estado (mas apenas uma entidade constituída por Estados) e porque os seus textos fundacionais são Tratados (celebrados por Estados, no exercício do seu poder de vinculação internacional) que, de resto, mantêm, nos seus primeiros artigos, a referência expressa ao princípio da atribuição (o que supõe não ser a União a definir o interesse público que prossegue). Mas, por

outro lado, também se reconhece que a União não é comparável a uma qualquer Organização Internacional, quer porque prossegue uma pluralidade de fins, sobreponíveis às tarefas a que o Estado atual se propõe, quer pela intensidade da aplicação do seu ordenamento jurídico em cada Estado (próxima da dos sistemas federais). Por isso, à pergunta sobre se a União terá uma Constituição, o aluno do primeiro ano está preparado para responder com uma outra: “estamos a falar de uma Constituição em sentido formal ou uma Constituição em sentido material?”; e o Professor responderia do habitual modo lacónico: “depende”.

**(...) o aluno do primeiro ano está preparado para responder (...): “estamos a falar de uma Constituição em sentido formal ou uma Constituição em sentido material?”; e o Professor responderia do habitual modo lacónico: “depende”.**

A realidade é que a resposta quanto ao “ser” frequentemente esconde um posicionamento pessoal quanto ao que “deve ser”. Facilmente encontramos quem diz que a União “não é” uma realidade constitucional porque acha que o “não deve ser”. Isto porque o conceito de Constituição convoca a ideia de primazia, e esta gera o receio da perda de controlo sobre decisões políticas primárias, sobretudo se o elo entre governados e governantes da unidade superior não está fortemente enraizado. De outro lado, também se encontra quem diga que a União “é” uma realidade constitucional porque acha que “deve ser”, seja por reconhecer os benefícios dela resultantes, nomeadamente económicos, seja pelo desejo de travar ou limitar as decisões políticas nacionais, quando estas desagradam.

Tendo presente que a resposta à pergunta supõe que se revise e questione o conceito de Constituição, abandonando quer a sua associação à forma política de Estado (que a União não é), quer a sua pretensão de exclusiva autoridade, quer até a ideia (errónea – pense-se no Reino Unido) de que tem de haver um único momento constituinte, parece claro que os pilares jurídicos em que a União assenta – compostos pelos Tratados e pelo extenso *corpus* de princípios apurados pelo Tribunal de Justiça a partir daqueles – são feitos de matéria constitucional. É assim, porque neles encontramos:

**(...) os pilares jurídicos em que a União assenta (...) são feitos de matéria constitucional.**

Primeiro – a identificação de um desígnio comum, traduzido na aspiração de paz e de bom relacionamento entre os Estados-Membros (é importante não perder de vista este objetivo, que se mantém inteiramente atual ainda que a memória de conflito entre os Estados da União pareça já distante);

Segundo – a consciência de uma herança histórica partilhada num território relativamente exíguo, mas densamente povoado, e traduzida num *modo de viver europeu*, assente na dignidade da pessoa e na consciência de um bem comum que impregna o interesse público europeu, bem como na liberdade, na democracia e no Estado de Direito;

Terceiro – como corolário da dignidade, a definição de um espaço de liberdade dos indivíduos, que estes podem reivindicar perante o poder público (os Estados ou a própria União) e que, aliás, integra dimensões especificamente europeias (as liberdades do mercado interno e as liberdades de

circulação e residência dos cidadãos europeus no território de Estados-Membros diferentes do da sua nacionalidade);

Quarto – a fixação de limites à atuação das Instituições e de regras de procedimento que articulam interesses variados e protegem contra o arbítrio;

Quinto – a progressiva adoção, pelos sistemas jurídicos nacionais, de uma postura de abertura para com a ordem jurídica europeia, que supõe o reconhecimento da sua autonomia, mesmo que controversa (mas a interpretação constitucional é sempre dialogante e tantas vezes controversa!).

Tudo isto a par com – sexto – a assunção de um conjunto de políticas que, ainda que formalmente enumeradas, espelham já, de tão vastas e variadas que se apresentam, a vocação da União para fins gerais.

Parece claro, portanto, que a União Europeia tem uma Constituição.

**Inês Quadros**

**PROFESSORA AUXILIAR DA CATÓLICA EM LISBOA**

# D.

CO-AUTORIA  
PROFESSOR-ALUNO

## O FUNDAMENTO DA IMPROPRIAMENTE DESIGNADA “SUB-ROGAÇÃO DOS CREDORES DO REPUDIANTE”

A aquisição a título de liberalidade  
pelo chamado por vocação indireta ou subsequente

Por:

Rita Lobo Xavier

Professora Catedrática da Católica no Porto

&

Catarina Andrade

Aluna de Direito da Católica em Lisboa



# D.

O Código Civil português de 1966 é um monumento à excelência e ao nível técnico e científico dos juristas portugueses da época, tendo consagrado as melhores doutrinas, designadamente, regras de inspiração alemã que, todavia, só muito depois tiveram acolhimento legislativo na Alemanha. Não sendo perfeito, uma das suas maiores falhas resulta da desarticulação entre alguns dos seus livros. No caso do Livro do Direito das Sucessões, o desajuste com os Livros II e III agrava-se pela incoerência interna, decorrente das tensões conhecidas no seio da Comissão Revisora do anteprojecto.

Um bom exemplo disso mesmo é a impropriamente chamada «sub-rogação dos credores» (art. 2067.º) que remete para as disposições respeitantes à conservação da garantia patrimonial dos credores quanto ao exercício dos direitos que competem ao devedor, quando este não o faça (arts. 606.º e ss). Esta norma, que prevê expressamente que «[os]credores do repudiante podem aceitar a herança em nome dele», está em desacordo com o sistema sucessório. Em rigor, a herança não pode ser aceite, porque já houve repúdio; e o credor não se pode sub-rogar nos direitos do devedor, porque este já exerceu o direito a que foi chamado, o direito de suceder, repudiando.

**(...) a herança não pode ser aceite, porque já houve repúdio; e o credor não se pode sub-rogar nos direitos do devedor, porque este já exerceu o direito a que foi chamado (...).**

Por muito que se compreenda o desagrado do credor perante o repúdio do devedor, a verdade é que não é possível afirmar que o repúdio, em si mesmo, põe em causa a garantia patrimonial do seu crédito. Qualquer que seja o título de designação sucessória, o sucessível não tem, antes do chamamento, qualquer direito à herança: quando muito terá uma expectativa jurídica, senão uma esperança de facto. Quando a dívida foi contraída, o credor não poderia contar com a eventual aceitação do direito de suceder para garantia do pagamento da mesma. Pergunta-se então: por que razão permitirá o Código Civil que os credores do repudiante possam propor uma ação contra aqueles que vieram a aceitar a herança na sequência do repúdio, exigindo que o pagamento da dívida seja feito por quem não a contraiu e por meio de bens que nunca estiveram no património do seu devedor?

Julgamos que o verdadeiro fundamento da impropriamente chamada «ação sub-rogatória dos credores do repudiante» reside na circunstância de ser possível qualificar como liberalidade indireta a operação conjugada do repúdio do primeiro chamado com a aceitação do chamado a título de vocação indireta - direito de representação ou direito de crescer - ou subsequente.

**Julgamos que o verdadeiro fundamento (...) reside na circunstância de ser possível qualificar como liberalidade indireta a operação conjugada do repúdio do primeiro chamado com a aceitação do chamado a título de vocação indireta (...) ou subsequente.**

# D.

A liberalidade indireta resulta da verificação dos respetivos pressupostos. Com efeito, a diminuição patrimonial, no plano do repudiante, resulta da comparação com o acréscimo patrimonial que este - o primeiro chamado - teria tido se tivesse aceite a herança (1)); a aquisição gratuita (sem corresponsivo) por parte dos sucessores, a título de vocação indireta ou subsequente, resulta do facto de que nunca sucederiam se não fosse o repúdio, por não serem titulares da designação sucessória prevalente (2)); a existência de *animus donandi* poderá bastar-se com a mera intenção, por parte do repudiante, de que os bens do falecido não entrem no seu património, sendo certo que, na ausência do repúdio, os chamados por vocação indireta ou subsequente não sucederiam (3)).

Em conclusão: por muito que, numa primeira impressão, pudéssemos pensar que subjazeria a esta ação «sub-rogatória» uma suspeita de fraude, a verdade é que, como negócio indireto, devem ser-lhe reconhecidos os efeitos - lícitos - visados pelas partes. Ora, o primeiro chamado e os chamados a título de vocação indireta ou subsequente pretendem precisamente que se produzam os efeitos do repúdio e da aceitação, não sendo de lhes recusar a produção desses mesmos efeitos. O que explica que os credores devam alegar e provar os factos de onde resulte que os bens adjudicados aos herdeiros do repudiante são essenciais à satisfação do seu crédito (art. 606.º, n. 2) e que, após o pagamento da dívida, a estes «proveite» o «remanescente» (art. 2067.º, n. 2).

**(...) por muito que, numa primeira impressão, pudéssemos pensar que subjazeria a esta ação «sub-rogatória» uma suspeita de fraude, a verdade é que, como negócio indireto, devem ser-lhe reconhecidos os efeitos - lícitos - visados pelas partes.**

**Rita Lobo Xavier**

PROFESSORA CATEDRÁTICA DA CATÓLICA NO PORTO

**Catarina Andrade**

ALUNA DE DIREITO DA CATÓLICA EM LISBOA

# D.



## REDISTRIBUIÇÃO DE GRANDES HERANÇAS

---

### Inferno ou paraíso?

**A** fim de celebrar o seu trigésimo aniversário, a revista Visão lançou a rubrica “Ideias com Visão”, dando espaço a que 30 convidados, ao longo de 30 semanas, proponham ideias para pensar um Portugal melhor.

Um desses convidados foi a economista Susana Peralta, que propôs a criação de um imposto sobre heranças e doações em Portugal. Nas palavras da economista: «O imposto tinha de ter um limiar de isenção para permitir a uma família normal deixar uma casa aos seus descendentes, mas que, para grandes acumulações de riqueza, permitisse, ao tributar essa riqueza, uma redistribuição da mesma e com isso melhorar o valor social e limitar o impacto que a lotaria do nascimento tem na vida das pessoas.»

À superfície, não há como negar a beleza, porventura idílica, da ideia. Mas vejamos se essa beleza resiste ao teste de uma reflexão mais aprofundada, e ao incontornável crivo da prática.

Começemos pela filosofia. A lotaria do nascimento é uma expressão que me relembra o véu da ignorância do filósofo americano John Rawls. O filósofo entende que a distribuição de direitos e recursos deve ser feita como se partíssemos detrás de um véu da ignorância, sem nada sabermos acerca da nossa condição ou estatuto.

Que direito têm os filhos a herdar o património dos pais? Se imaginarmos que poderíamos ter nascido em qualquer família, de facto torna-se difícil responder a esta pergunta.

Se revertermos a pergunta, todavia, a resposta parece já muito mais natural. Que direito têm os pais a transmitir o seu património aos seus filhos? Todo o direito.

**Que direito têm os pais a transmitir o seu património aos seus filhos?  
Todo o direito.**

# D.

Afinal, acredito numa sociedade assente no direito de propriedade privada, em que são indissociáveis a capacidade de usufruir e de dispor dessa mesma propriedade. Acredito no Estado Social, na solidariedade entre ricos e pobres e no elevador social, que não se confundem com uma igualação cega de riquezas, à custa dos mais fundamentais princípios de justiça. Não acredito numa sociedade em que os pais não podem dar aos filhos (ou em que só podem dar uma casa), em que há um reset forçado entre gerações, em homenagem à ideia da lotaria do nascimento, que esquece que os filhos são dependência e continuação dos pais, e não fruto de um qualquer acaso.

## **Afinal, acredito numa sociedade assente no direito de propriedade privada, em que são indissociáveis a capacidade de usufruir e de dispor dessa mesma propriedade.**

Depois de tecidas estas breves considerações filosóficas, olhemos para a sua execução. Desde logo, a ideia propõe tributar grandes acumulações de riqueza, e através de uma rápida pesquisa, percebemos que em Portugal elas estão essencialmente concentradas em ações de grandes grupos empresariais.

Galp, Corticeira Amorim, Jerónimo Martins, Farfetch, Grupo Pestana, Bial, Alves Ribeiro Construção, Grupo Luís Vicente, Sonae, Super Bock Group, Grupo José de Mello, Semapa, Banco Invest, Eurocash... são apenas algumas dessas empresas.

Ora, a economista fala de um limiar de isenção, para “permitir a uma família normal deixar uma casa aos seus descendentes”, parecendo claro que acima desse limiar, a ideia é tributar a uma taxa muito elevada. Façamos então um esboço, apenas a título exemplificativo. Fixemos o limiar de isenção no generoso valor de 1 milhão de euros, e acima dessa quantia suponhamos que a maioria do património reverte para o Estado.

Como as duas coisas certas na vida são precisamente a morte e os impostos, imaginemos que falece umas dessas pessoas que a ideia visa tributar. Abre-se a sua sucessão e liquida-se o imposto sucessório a pagar.

## **Como as duas coisas certas na vida são precisamente a morte e os impostos, imaginemos que falece umas dessas pessoas que a ideia visa tributar.**

Ignoremos o enorme incentivo que as pessoas teriam para dissipar a sua riqueza em vida, e esse repto ao consumismo em detrimento da preservação do património [de resto, tão consentâneo com as preocupações climáticas que marcam a atualidade política, certo?]. Como já vimos, o património do falecido é constituído principalmente por ações de empresas. Ora, como é natural, se o imposto devido é a maioria do património acima do limiar de 1 milhão de euros, e o património é constituído maioritariamente por ações, os herdeiros não terão liquidez para pagar o imposto em dinheiro. E aqui temos três caminhos possíveis.

# D.

Primeiro caminho. Os herdeiros são obrigados a vender grande parte das ações, e a usar o produto da venda para pagar o imposto. Como as famílias portuguesas com riqueza suficiente para as poderem comprar irão perdê-la à medida que a morte lhes for batendo à porta, o cenário inevitável é que todos os históricos grupos empresariais serão propriedade de estrangeiros. Apenas existirão empresas portuguesas de média ou grande dimensão enquanto os seus fundadores forem vivos, impedindo em muitos casos que as empresas atinjam a sua maturidade, e que contribuam na medida do seu potencial para a economia e sociedade portuguesas. Em Portugal, ficarão os rendimentos do trabalho, já que os do capital estarão reservados para os outros.

Segundo caminho. O Estado aceita saldar as dívidas fiscais em espécie, evitando que estas tenham de ser vendidas a estrangeiros. Assistiremos a uma nacionalização dos grupos empresariais portugueses, um a um, até que

este comunismo a prazo lhes toque a todos. Penso que à luz do recente desempenho do Estado na gestão das empresas públicas [quer dizer, a TAP agora vai ser reprivatizada, ou não?], as consequências deste cenário adivinham-se sem correr mais tinta.

Terceiro caminho. O Estado aceita novamente saldar as dívidas fiscais em espécie, mas em vez de ficar com as ações da empresas para si, em homenagem à redistribuição pretendida, distribui as ações pelos portugueses. Assim, todas as empresas terão estruturas acionistas absolutamente fragmentadas, sem um plano estratégico comum ou uma visão partilhada, e sem o exercício de um controlo coerente. Afinal, num país em que as taxas de abstenção aos atos eleitorais rondam os 50%, é nas Assembleias Gerais que esperamos que as pessoas exerçam plenamente o seu direito de voto?

Três caminhos para o abismo, venha o diabo e escolha.

**Diogo Alves de Sousa**

ALUNO DE DIREITO E GESTÃO DA CATÓLICA NO PORTO



# D.

## O DIÁLOGO NECESSÁRIO DO DIREITO FISCAL COM O DIREITO PRIVADO



Causa alguma apreensão ver sistematicamente difundido o equívoco de que a chamada especialização em Direito Fiscal é *o fator diferenciador fundamental* no recrutamento de juristas para integrar um departamento de Direito Fiscal. Não tenho esta visão nem julgo ser essa a visão da maioria das sociedades de advogados.

A ideia da especialização como fator diferenciador fundamental resulta da perspectiva das “matérias fiscais” como uma espécie de universo “à parte” do Direito, apelidado de “fiscalidade”, entendido como técnica usada pelo “fiscalista” incumbido de resolver questões tributárias através da aplicação do “normativo fiscal”.

Esta distinção entre o “fiscal” e o “jurídico” é profundamente empobrecedora, pois ignora que o Direito Privado e, em especial, o Direito Civil é a base do Direito Público.

**Esta distinção entre o “fiscal” e o “jurídico” é profundamente empobrecedora, pois ignora que o Direito Privado e, em especial, o Direito Civil é a base do Direito Público.**

A divisão entre Direito Público e Direito Privado poderá até ter alguma utilidade didática nas disciplinas introdutórias da licenciatura em Direito, mas é imprestável para a resolução de problemas jurídicos *reais*. Estes não correspondem àquela divisão e a sua resolução manifesta a necessária consideração da *unidade* do Direito Público e Privado.

# D.

A unidade do Direito é particularmente relevante na aplicação do Direito Fiscal porque a qualificação do negócio jurídico de que emerge o facto tributário condiciona decisivamente a qualificação tributária desse facto. Basta pensar que os efeitos tributários da *compra e venda* do imóvel são, evidentemente, distintos dos efeitos tributários da *doação* do imóvel. Como se compreende, qualquer erro ocorrido na qualificação do *negócio jurídico* pode implicar um *erro* na qualificação do *facto tributário*.

**A unidade do Direito é particularmente relevante na aplicação do Direito Fiscal porque a qualificação do negócio jurídico de que emerge o facto tributário condiciona decisivamente a qualificação tributária desse facto.**

A estreita conexão entre o Direito Privado e o Direito Fiscal tem sido negligenciada, por vezes, no ensino e, com frequência, na prática. Acontece que quanto mais o Direito Fiscal se fecha sobre ele próprio e se *distancia* do Direito Privado, mais contraintuitiva é a sua aplicação e imprevisíveis os seus efeitos. Só a congruência entre o enquadramento fiscal do negócio jurídico e o seu enquadramento no plano civil permitirá o alinhamento do modo como a economia do negócio jurídico é perspectivada nos dois planos, proporcionando a determinação de pressupostos e critérios de capacidade contributiva mais consistentes.

A comunicação e proximidade entre o Direito Privado e o Direito Fiscal são fatores essenciais de estabilização das relações jurídicas tributárias. É, por isso, fundamental recuperar o diálogo entre os cultores do Direito Fiscal e os Jusprivatistas.

Por essa razão, na minha opinião, no contexto de recrutamento para integrar um departamento de Direito Fiscal, saber Direito Privado é o mais importante, senão mesmo o único, fator *técnico* de ponderação.

**Paulo da Rocha Pichel**

ADVOGADO, SÓCIO DA DURHAM AGRELLOS & ASSOCIADOS



D.

# ANATOMIA DE UM AEROPORTO

---



por José Correia Guedes

# D.

Com pompa e alguma circunstância em 15 de Outubro de 1942 era inaugurado o novo Aeroporto de Lisboa, de facto o primeiro aeroporto digno desse nome a ser construído em Portugal. Uma vez mais era Duarte Pacheco a dar vida a um projeto fundamental para o desenvolvimento do país.

No dia da inauguração do Aeroporto da Portela, como ficou conhecido, funcionavam as três pistas e pouco mais. Sim, três pistas. Os pilotos agradeciam porque sempre podiam escolher a pista mais favorável em função da direção e intensidade do vento. Com o tempo as três pistas deram lugar a duas e depois a uma, que é o que acontece hoje. Se tudo correr bem em breve não haverá nenhuma.

## **No dia da inauguração do Aeroporto da Portela, como ficou conhecido, funcionavam as três pistas e pouco mais. Sim, três pistas.**

Antes da Portela existiam duas opções na área de Lisboa: o Aeroporto Marítimo de Cabo Ruivo, para operação de hidroaviões, e o Campo Internacional de Aterragem situado em Alverca. Como o nome sugere, era mesmo um campo mais ou menos plano de terra batida e muitas ervas onde os aviões aterravam e descolavam.

Com o fim da II Guerra Mundial, a partir de 1945 o Aeroporto da Portela de Sacavém vai conhecer um rápido crescimento em termos de movimentos. Nesse mesmo ano a TAP é fundada por despacho de Humberto Delgado e muitas outras companhias de aviação estrangeiras passam a adotar Lisboa como destino.

Em 1969 é criado o Gabinete do Novo Aeroporto de Lisboa. A Portela não ia aguentar muito mais e era preciso pensar num novo aeroporto para servir a capital e o país. Em finais de 1970 teve início a minha carreira na TAP. Em 1972 os estudos preliminares realizados pelo GNAL apontavam Rio Frio, na margem sul do Tejo, como a melhor opção.

Com o 25 de Abril de 1974 tudo voltou à estaca zero. O país iria passar por uma grande transformação e havia outras prioridades. Compreensível.

Fast forward para finais de 2006 para atingir o final da minha carreira profissional 36 anos depois de a ter começado. Comecei e acabei num aeroporto em trânsito.

Fizeram-se estudos para a Ota, Alcochete, eu sei lá, mas nada de definitivo. Entretanto a Portela ia crescendo, um remendo aqui outro acolá e as coisas lá iam andando de mal a pior. Nos períodos de Natal e férias de verão, principalmente, instalava-se o caos absoluto no que respeita ao processamento de passageiros e bagagem. Era preciso ter nervos de aço para trabalhar ali.

# D.

Só o número de pistas não crescia. Das três originais já só restava uma. Era preciso espaço para estacionar mais aviões e as pistas estavam ali mesmo a jeito. Os pilotos protestaram mas não adiantou. Eles que se virassem se os ventos estivessem fortes e cruzados que é para isso que lhes pagam. Ora nem mais.

Passei à reforma, fui avô, viajei, escrevi livros, toquei piano, fiz ralis e mais trinta por uma linha. Muito bem. E onde estamos agora, mais de meio século após a criação do GNAL?

Na Portela. Ou melhor, em Humberto Delgado, que afinal sempre mudou qualquer coisa nos últimos 54 anos.

E agora? Será desta que vamos ter um novo aeroporto?

Bom. Pelo menos criou-se mais uma comissão a que deram o nome de Comissão Técnica Independente, CTI. Choveram propostas de localização, algumas bastante bizarras, mas era preciso alguma criatividade para fugir ao contrato de concessão da Vinci que tem o exclusivo das operações aeroportuárias num raio de 75 quilómetros de Lisboa, Porto, Faro e Beja. Dentro dessas áreas só se faz o que a Vinci permitir, fora delas podem fazer o que quiserem. Ainda sobra

O que não quero é a continuação da Portela / Humberto Delgado por muito mais tempo. Porquê? Por várias razões, a saber:

- 1) Tem uma única pista, o que à partida limita a sua capacidade operacional. Da forma como a cidade "envolveu" o aeroporto não vejo solução para este problema.
- 2) Apesar da evolução registada nos novos motores turbofan high bypass ratio o ruído continua a ser um fator. Quem tenha dúvidas dedique-se a passar um par de horas na Biblioteca Nacional ao Campo Grande. Como em todas as bibliotecas, não se pode falar nem

bastante espaço mas a verdade é que não é muito conveniente para os fins em vista.

Que acho então disto tudo, que foi a pergunta que me fizeram?

Um dia, Deus sabe quando, haverá uma decisão que será necessariamente política. O Ministro das Finanças, seja ele qual for, terá a última palavra. No limite poderá até não haver decisão nenhuma. Como assim?

**Um dia, Deus sabe quando, haverá uma decisão que será necessariamente política.**

Simples. Basta que seja o consórcio a que pertence a Iberia a comprar a TAP. Qual "hub" qual nada, vai tudo direto para Madrid e será uma sorte se não nos mandarem os Filipes de volta. Ficamos com o que temos e ponto final.

Agora a sério, não tenho opinião formada sobre as propostas apresentadas à Comissão Técnica Independente. Com exceção de Santarém, não conheço os estudos feitos agora ou há anos atrás o que, obviamente, condiciona qualquer avaliação. Além do mais não me compete avaliar seja o que for.

Apenas sei o que não quero.

# D.

sequer arrastar uma cadeira. Pede-se silêncio absoluto. Só que de dois em dois minutos passa um avião a 500 pés e tudo aquilo chocalha com a vibração e o barulho.

3) Durante o dia centenas de quilos de CO2 são despejados sobre a cabeça dos lisboetas. Andamos a comprar automóveis elétricos para não poluir as cidades mas depois vem um avião com potência de descolagem e estraga tudo num par de minutos.

4) Deixei para o fim propositadamente a questão da segurança. Um aeroporto no meio da cidade pode sempre causar uma catástrofe de proporções bíblicas. Já estive para acontecer mais que uma vez. Alguns aviões aterraram fortemente limitados, outros tiveram sérios problemas à descolagem. Sei do que falo porque um desses casos aconteceu comigo. Não teve graça. Valeu-nos o nosso santo António mas o santo um dia distrai-se e é o cabo dos trabalhos.

**Um aeroporto no meio da cidade pode sempre causar uma catástrofe de proporções bíblicas. Já estive para acontecer mais que uma vez.**

**José Correia Guedes**

COMANDANTE DA TAP



# D.



## FRAQUEZAS DE ALGUMAS CULTURAS FORTES

A cultura das organizações é muito mais do que aquilo que se observa nos comportamentos e nas declarações dos seus membros. Se pensarmos na cultura como um icebergue, notaremos que a parte mais volumosa é a submersa, invisível à superfície. É nessa componente submersa que encontramos as premissas partilhadas pelos membros da organização. Porque essas premissas são tendencialmente inconscientes, as pessoas têm dificuldade em verbalizá-las; podem ter ainda mais dificuldade em questioná-las e criticá-las. Essas premissas são frequentemente influenciadas pela personalidade e conduta dos fundadores da organização. E vão-se sedimentando ao longo de anos através das ações de liderança e das práticas de recrutamento, seleção, socialização, compensação e desenvolvimento das pessoas.

Uma dada cultura organizacional atrai, e é atraída, por pessoas com personalidade e estilo compaginável com essa mesma cultura. Quando há dissonância entre a cultura organizacional e o perfil de uma pessoa, é provável que esta abandone a organização. Daqui decorre que, com o decurso do tempo, uma cultura organizacional relativamente homogénea tende a desenvolver-se. Nada garante que essa cultura, ainda que forte, seja eficaz e virtuosa. Uma cultura forte pode ser altamente perversa para o funcionamento e a sustentabilidade da organização – e conduzir à destruição desta.

**Quando há dissonância entre a cultura organizacional e o perfil de uma pessoa, é provável que esta abandone a organização.**

# D.

O que acabo de argumentar ajuda a compreender porque é difícil e demorado mudar a cultura de uma organização. Convém, pois, não acreditar em promessas milagrosas e receitas rápidas de mudança cultural. Importa também compreender que nem todas as mudanças culturais são recomendáveis. A Boeing desenvolveu, ao longo de décadas, uma cultura focada na segurança. Todavia, uma linhagem de novas lideranças, que aprenderam e implementaram a cartilha de Jack Welch focada na maximização do valor para o acionista, foi instituindo uma nova cultura orientada para o lucro. A obsessão com a redução de custos conduziu a falhas no desenvolvimento do Boeing 737 Max. Os técnicos que se deram conta dos perigos temeram retaliações se abrissem o bico. O resultado perverso mais visível foi a queda de duas aeronaves, ceifando a vida de centenas de pessoas. Uma cultura de segurança desenvolvida ao longo de anos foi destruída para dar lugar a uma cultura focada no lucro a qualquer preço. Este foi apenas mais um caso, entre outros, de como lideranças gananciosas, messiânicas e arrogantes podem edificar culturas organizacionais que, pelo menos no médio-longo prazo, se tornam destrutivas.

## **Convém, pois, não acreditar em promessas milagrosas e receitas rápidas de mudança cultural.**

Do que precisamos, pois, é de culturas fortes que acolham a diversidade e criem condições para a expressão de vozes dissonantes. Uma cultura que procura o consenso a todo o custo pode ser uma fonte de perversidade. Uma cultura que mata o mensageiro da má notícia e pune a expressão de pontos de vista críticos acaba, mais dia menos dia, por ser suicidária. É muito mais saudável uma cultura que preza a expressão de pontos de vista diferentes, acolhe a má notícia, assume o erro e aprende com o mesmo, e procura pessoas que, leais à sua organização, pensam pela sua própria cabeça. Do que precisamos, pois, é de culturas organizacionais que acolham e acalentem radicais temperados – pessoas que, sendo leais à organização e preocupadas com o destino da mesma, têm a coragem de questionar as práticas vigentes e propor mudanças que entendem por virtuosas.

**Arménio Rego**

**PROFESSOR CATEDRÁTICO DA CPBS**

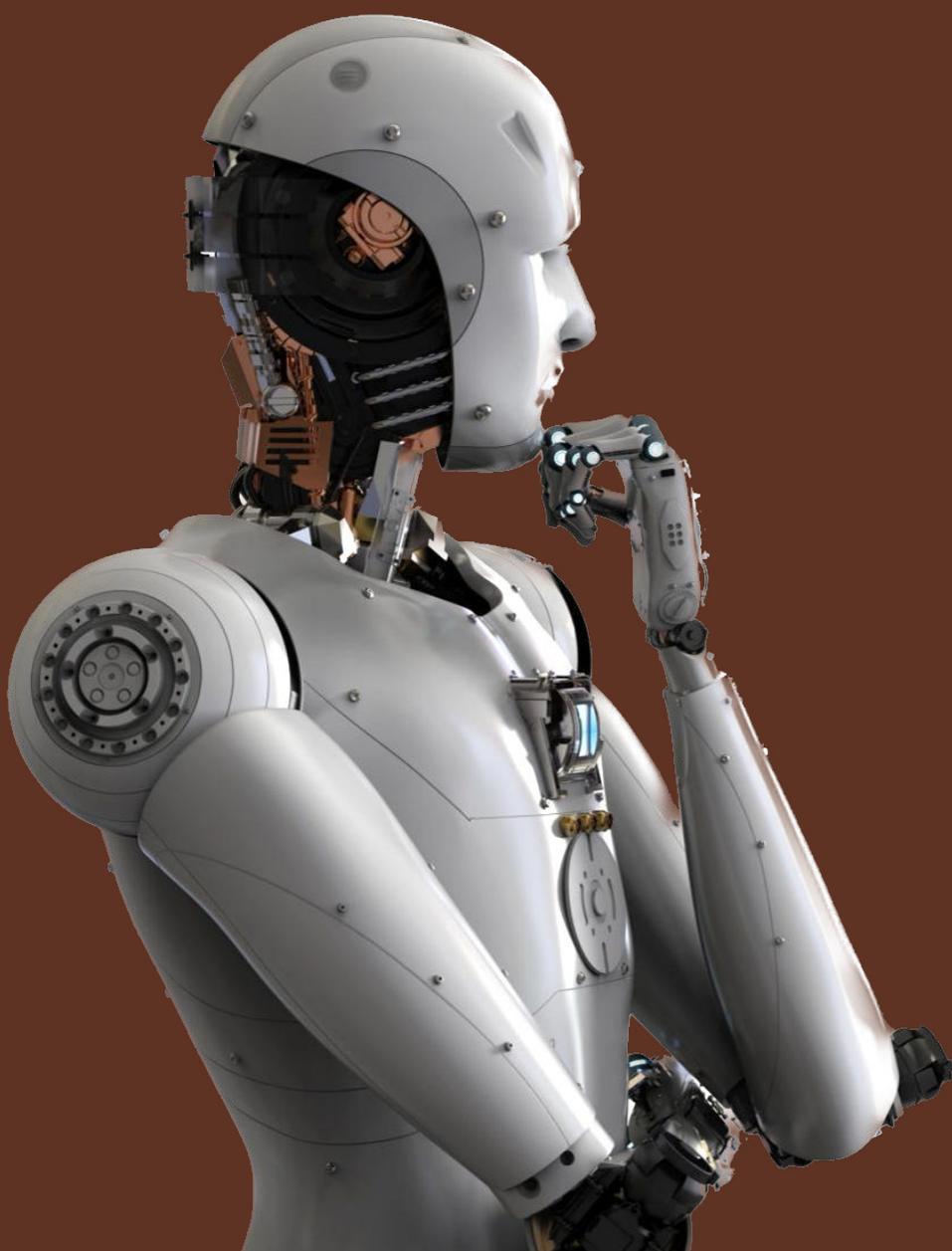
D.

---

# O CHATGPT COMO JUIZ

---

POR ANTÔNIO CORTÊS



# D.

Perante os mais recentes desenvolvimentos dos sistemas de Inteligência artificial (IA) e, nomeadamente, o espetacular surgimento do ChatGPT, podemos questionar-nos até que ponto não poderão de futuro ser os juízes substituídos por esses sistemas de IA.

O Direito é um sistema de regras, princípios e decisões destinado à realização concreta da justiça. Os juízes resolvem casos concretos surgidos na vida social à luz desse sistema, isto é, do sistema jurídico, do Direito. A questão que se pode levantar é a de saber até que ponto tal não poderá porventura ser feito por um sistema de IA, dando um novo significado à expressão “jurisprudência mecânica” de que falava Pound. Será, pois, possível um software como o ChatGPT, com as suas funcionalidades, resolver casos concretos, tal como fazem os juízes?

## **Os juízes resolvem casos concretos surgidos na vida social à luz desse sistema, isto é, do sistema jurídico, do Direito.**

Decidi, por curiosidade, perguntar ao ChatGPT se era capaz de resolver casos concretos com base em legislação e jurisprudência.

As respostas revelaram-se surpreendentemente sensatas. O ChatGPT começou por me dizer que é capaz de dar “informações gerais sobre normas legais aplicáveis” e “ajudar a identificar decisões judiciais anteriores relacionadas com casos semelhantes”, podendo até mesmo dar “exemplos hipotéticos” de aplicação dessas normas legais e exemplos de “casos” a que se poderão aplicar, por analogia, essas decisões judiciais anteriores. No entanto, a propósito da aplicação de normas legais, reconheceu que “é sempre importante lembrar que a aplicação dessas normas legais a um caso concreto pode ser complexa e depende de vários fatores específicos”. A respeito da aplicação de precedentes judiciais, salientou que “é importante lembrar que cada caso é único e deve ser avaliado em seus próprios méritos. Além disso, as decisões judiciais anteriores podem ser influenciadas por fatores específicos do caso e podem não ser diretamente aplicáveis a casos futuros”. Acrescentou ainda que lhe falta “experiência prática” e não possui algumas capacidades específicas dos juristas.

Perguntei, então, ao ChatGPT que capacidades lhe faltavam que os juízes e advogados pudessem ter. Novamente, a resposta foi de uma admirável sensatez. Começou por explicar que a sua “principal função é processar grandes quantidades de dados e informações” e que lhe faltam as seguintes capacidades: 1. “compreender as nuances e complexidades dos factos e circunstâncias do caso concreto”; 2. “interpretar as leis e regulamentos de forma precisa e apropriada tendo em conta o contexto específico do caso”; 3. “avaliar [criticamente] a jurisprudência para a aplicar a um caso específico”; 4. “identificar e antecipar possíveis obstáculos” à aplicação da legislação e da jurisprudência; 5. “comunicar efetivamente com as partes envolvidas num caso, incluindo advogados, clientes, juízes, júri e testemunhas”.

# D.

**Perguntei, então, ao ChatGPT que capacidades lhe faltavam que os juízes e advogados pudessem ter. (...) a resposta foi de uma admirável sensatez.**

Não restam dúvidas de que o ChatGPT tem potencial para aplicar normas legais e utilizar precedentes judiciais. E isso pode ser um auxílio para os juízes, nomeadamente se a informação legislativa e jurisprudencial for introduzida com rigor no sistema e for aperfeiçoado o algoritmo que trata essa informação. Há, todavia, capacidades próprias dos juízes que faltam decisivamente ao ChatGPT, como o próprio reconhece. O ChatGPT não consegue: compreender toda a complexidade, o contexto e o circunstancialismo dos casos; avaliar criticamente a jurisprudência anterior; antecipar todas as possíveis objeções ou exceções à aplicação de uma norma ou precedente; e, por fim, comunicar efetivamente com as pessoas envolvidas no processo. Nada disto o ChatGPT consegue fazer, como ele próprio nos diz. E sem estas capacidades críticas e comunicativas próprias das pessoas, o Direito, o sistema de justiça e os processos judiciais correm o risco de se desumanizarem.

Em suma, o ChatGPT é uma ferramenta fascinante que, se for devidamente aperfeiçoada, pode no futuro vir a auxiliar os juízes. Não poderá, porém, com as suas respostas padronizadas, substituir esses mesmos juízes. Com efeito, se quisermos garantir que os sistemas de IA e o sistema de justiça estão ao serviço das pessoas, e não de si próprios, temos de acautelar tudo aquilo que humaniza o Direito: atenção à complexidade da vida social e à evolução consciência social; compreensão de nuances, circunstâncias e diferenças juridicamente relevantes que não constam das normas gerais e abstratas e dos precedentes judiciais; ponderação concreta, contextual e situada dos interesses humanos; capacidade de diálogo intersubjetivo; faculdade de juízo crítico. Tudo isto só está ao alcance da pessoa humana, que terá, portanto, de permanecer o agente final e o fundamento último do sistema de justiça.

**(...) é uma ferramenta fascinante que, se for devidamente aperfeiçoada, pode no futuro vir a auxiliar os juízes. Não poderá, porém, com as suas respostas padronizadas, substituir esses mesmos juízes.**

**António Cortês**

**PROFESSOR ASSOCIADO DA CATÓLICA EM LISBOA**

# D.

## NO PRINCÍPIO

*por Francisco Almeida Amaral*

**N**o princípio, o Homem criou o Humanidade e o Poder. A Humanidade não tinha forma ainda e era vazia; e havia paz na face do abismo. E disse o Homem: haja guerra. E houve guerra. E viu o Homem que a guerra era necessária; e fez o Homem a separação entre Guerra e Paz. E o Homem chamou à guerra Humanidade e à paz chamou Poder. E foi a tarde e a manhã: o primeiro dia.

**A Humanidade não tinha forma ainda e era vazia; e havia paz na face do abismo. E disse o Homem: haja guerra. E houve guerra.**

Daí em diante, foram várias as guerras. Não descansou nunca o Homem. Ser animal significa ser inacabado – aquele que precisa de algo exterior a si para conseguir viver consigo. Sempre é precisa a Natureza para se alimentar o frágil animal; sempre é precisa a entre-ajuda para se sobreviver à conhecida lei do mais forte, em que o grupo mais forte é aquele que sempre sobrevive, até conhecer a sua morte por outro ainda mais; sempre são precisos os outros (“eles”), mas sempre nos importamos mais connosco (“eu”). Talvez por isso haja sempre guerra. Talvez por isso haja sempre normalidade em haver sempre guerra; somos assim, e ninguém se importa com isso, porque somos todos assim.

Constantemente é traída a ordem social para se lutar pelos interesses de cada um, fazendo do mundo um cruel campo de batalha. É certo que precisamos uns dos outros para sobreviver, mas mais certo é que faremos o que for preciso para dirigir a nossa sobrevivência ao egoísmo que nos alimenta o ego (“eu”). Infelizmente, sempre a guerra se criou por constantemente tentarmos ser superiores numa comunidade em que se luta para se ser igual.

# D.

A criação da Humanidade fez do mundo um ininterrupto lugar de desassossego. Assim, várias tentativas disfarçadas de justificação sempre foram sendo feitas ao longo da história humana, nem sempre sendo, contudo, humana essa história. Sendo o Homem um ser consciente e dito “moral”, não poderá ele agir no mundo sentindo a sua má ação pairar sobre a cabeça, precisando, então, de uma legitimação absurda do seu cruel comportamento realizado por uma pior ainda. Sempre usamos como medalha a destruição da nossa espécie, pelo simples facto da diferença. Todos os animais são agressivos pela necessidade de viver à lei do mais forte, no entanto, não são cruéis como o Homem que, por ter consciência do que faz, fá-lo, desculpando-se com uma manobra mental que liberta a sua ação.

**Todos os animais são agressivos pela necessidade de viver à lei do mais forte, no entanto, não são cruéis como o Homem que, por ter consciência do que faz, fá-lo, desculpando-se com uma manobra mental que liberta a sua ação.**

DDo egoísmo resulta a aparente superioridade. A escravatura, a tortura, as guerras travadas por interesses; as fronteiras, as Nações e a desculpa de se ser independente; o roubo, a mentira e a desumanidade constante; a apropriação mundial, as leis e a superioridade. Deus, o Homem e a Humanidade; o Criador, a criatura e a sua espécie. Sempre em trindade as perfeições divinas, sempre em trindade as divinas justificações. Das comuns características sempre escolhemos as diferenças comuns, criando guerras entre todos, por querermos, entre todos, ser superiores. Superiores os brancos, por não serem pretos; superiores os homens, por não serem animais; superiores o clero, por não ser do povo; inferiores os escravos, por não terem um chicote e alguém que ajude no poder; inferiores os outros, por não serem iguais a aqueles.

Todas estas conceções foram criadas por aqueles que sempre tiveram poder, criando, assim a paz para eles. Claro que, quando essa paz era ameaçada, havendo outro que tentasse conquistá-la, havia guerra – uma guerra de poder. Somos todos iguais, mas parece ser verdade que uns são mais iguais que outros, como diz Orwell.

**Deus, o Homem e a Humanidade; o Criador, a criatura e a sua espécie.**



# D.

Sempre existiram razões para se estar mais elevado que os outros. O divino muitas vezes foi utilizado, especialmente, em matéria real. Na Grécia Antiga e no Império Romano diversas vezes se utilizavam os deuses para se justificarem os acontecimentos. Seguindo o exemplo das gerações anteriores, até hoje isso acontece, repercutindo-se na atualidade as variadas guerras que sempre serviram para manter viva a Religião. Assim, tentava sempre mostrar-se uma mais credível que a outra, descredibilizando-se uma à outra pela guerra que ambas participam e pelo sofrimento que ambas proporcionam .

Luís XIV, ou qualquer outro rei ou imperador que se dignasse desse nome, certamente que aproveitou todas as regalias de ser rei (absoluto) corrompendo o sistema a seu favor. No seu poder divinamente legitimado, em que só a quem não ouve tem que respeitar é ele infinitamente poderoso, no seu reino onde são definidas as fronteiras pela vontade de uma palavra – “haja guerra!”, disse o Rei, disse o Homem, disse Deus.

Constantemente, não sendo usada a justificação divina, o ser humano arranjou outras formas de ser mais que os restantes, simulando uma consciência pacífica alcançada. Claro está que, por vezes, também a guerra é precisa, para se poder alcançar a paz. Definição imprecisa, porém, possível de alcançar. Melhor do que pensar em si mesmo, é pensar nos outros. Esse pensamento, certamente, tornará mais fácil a compreensão do que poderá ser, efetivamente, a paz.

**Constantemente, não sendo usada a justificação divina, o ser humano arranjou outras formas de ser mais que os restantes, simulando uma consciência pacífica alcançada.**

No princípio, a Humanidade não tinha forma ainda e era vazia e no abismo divina era a paz. No princípio, não havia mal nem bem, porque não havia Homem nem Deus. E foi a tarde e a manhã: O sétimo dia. Finalmente, o Homem descansou. Finalmente, Deus descansou. No princípio

**Francisco Almeida Amaral**

ALUNO DE DIREITO DA CATÓLICA NO PORTO

**D.**

# MARIA CUNHA MATOS

**NETWORKING**

**Como desfazer o  
tabu?**

**Nuno Brochado de Agarez**  
DIRETOR NACIONAL DO JORNAL DIURNA.

**Catarina Andrade**  
EDITOR IN CHIEF — LISBOA



# D.

## MARIA CUNHA MATOS

Maria Cunha Matos, Sócia da Vieira de Almeida, é uma cara conhecida de todos os que frequentam a Spring School da VdA. Aos jovens entusiastas fala-lhes da importância do *networking*, o mesmo tema a que se dedica no Programa *Women on Boards*.

É na Spring School de 2023 que surge o convite para esta conversa... afinal, o *networking* não tem de ser um tabu.

### *O que é o networking?*

*Networking é a capacidade de estabelecer laços com os demais e de ser, muitas vezes — nos termos de que falamos na Spring School, ou quando falo disso numa perspetiva profissional — um eixo de ligação entre pessoas.*

**E** fazemos esse *networking* com quem? Há uma segmentação consoante o contexto seja, por exemplo, pessoal, social ou profissional?

Pensemos no *networking* estratégico: qual é que é o nosso objetivo? Pode ser uma promoção, pode ser uma exposição a outro tipo de trabalho, pode ser mudar de cidade e fazer amigos ou encontrar exemplos profissionais, no caso de pessoas que mudam de área de especialidade...

Vou-vos dar um exemplo: eu fiz mercado de capitais durante muitos anos e depois passei a fazer *M&A*. Quem eu conhecia nos bancos e nos clientes, não eram as mesmas pessoas desta área. Então, aí, o *networking* é intencional, ou deve e pode ser... ou seja nós procuramos uma posição de nos dar a conhecer a quem precisa de saber de nós, ou a quem precisa de saber qual é o nosso

# D.

objetivo e vem daí o reverso dessa medalha. Temos de estar atentos aos outros em todos os lugares onde estamos, do ginásio ao círculo de amigos, aos momentos profissionais ou académicos; é prestarmos atenção aos outros e ouvirmos, com qualidade. Assim, as oportunidades ou informações que podem ser úteis aos outros ficam connosco. Podemos ser o veículo certo para as fazer chegar. O meu objetivo hoje não é, necessariamente, o mesmo que era há 1 ano — nem o que será daqui a 6 meses — mas, hoje, se eu tiver uma reflexão minimamente disciplinada sobre: O que é que eu quero? O que é que eu preciso? O que é preciso aprender mais sobre este tema? “Não sei nada sobre *blockchain!* Preciso de saber sobre esta tecnologia, entender os temas...”. O que pergunto a seguir é: Quem é que sabe? Onde é que eu posso ir buscar este tipo de informação? Essas pessoas estão dentro do meu alcance ou não estão? Então, quem é que poderá estar? Como é que eu comunico isto? Como é que eu me movimento? Isso é ativar uma rede, mas se a rede não existir, se eu não tiver alguém a trabalhar numa *startup*, que me queira ouvir e depois me queira ajudar, eu não consigo chegar a essa informação sozinha sem ser sozinha — o que é muito mais difícil. É aqui que percebemos como a rede tem de existir naturalmente, sendo que para a ativar há um ato intencional e estratégico que implica uma reflexão interna bastante profunda.

## Networking é a capacidade de estabelecer laços com os demais (...).

E partindo, então, desse princípio de que o *networking* tem muito a ver, também, com aquilo que damos aos outros e as ajudas que damos aos outros antes de pensarmos no nosso próprio *networking*, como é que nós podemos saber quais é que são as pontes certas e quais são as melhores circunstâncias para atuarmos como um agente de contacto?

O primeiro ponto é sermos genuínos. Estarmos confortáveis e sermos sinceros nas relações que criamos. Pode ser em qualquer contexto, aproveitar a maneira como nos relacionamos, umas vezes de modo mais profundo, outras vezes menos — até pelo momento social do contacto. Não dá para ir a tudo, nem ir a todos, mas fazer as coisas de uma maneira que seja natural, que seja genuína, até no caso de uma pessoa introvertida... Eu sou — ou diria — fui super tímida a vida toda e a ideia de conhecer ou de falar com pessoas novas — racionalmente, eu compreendia e achava inevitável mas intimidava-me — e por isso no colégio fiz um curso de teatro! Uma coisa que mudou a minha vida porque passei a colocar a voz de uma maneira diferente, por exemplo. Consigo falar em negociações ou formações durante horas seguidas sem ficar cansada e consigo estar num lugar sem me sentir tão intimidada. Depois, há truques que se vão reforçando e descobrimos que toda a gente sente uma coisa parecida e que todos temos alguma dose de timidez. É muito importante interessarmo-nos pelos outros. Umhas vezes, nós somos úteis aos outros e outras vezes é ao contrário. Eu dou muitas vezes este exemplo: dou formação sobre *networking* estratégico, no programa *Women on Boards*, organizado pela VdA Academia. E uma das participantes, 2 anos depois do módulo, no meio de outros tantos, liga-me: “Olha lá... tu não nos falaste sobre *networking* estratégico? (Sim!) Eu queria lançar o meu livro, que escrevi e lancei em Portugal, também no Brasil. Tu não moraste no Brasil? (Morei!) Então não me ajudas, já que sabes tanto sobre *networking*, ajuda-me aí...”. E eu

# D.

disse: “*Mas eu não percebo nada de publicação de livros, não estou nesse meio*”, mas como tenho redes — outras — ativei-as. Lembrei-me que conhecia uma jornalista que trabalhou para a revista com a maior tiragem no Brasil e que era *ghost writer*. Não falávamos há 6 anos mas mandei-lhe, no *LinkedIn*, uma mensagem a dizer: “*Olá Joyce, tenho uma amiga assim, assado..., falei-lhe de ti, acho que era útil ela falar contigo*”. Nesse noite elas já estiveram horas a falar sobre como lançar o livro! De novo, a sinceridade com que se forjam as relações não contamina a intenção, aquela ideia incómoda...: “*bem... agora que nós somos amigos, como é que eu vou pedir algo de natureza profissional a esta pessoa?*”... Se a relação nasceu de uma forma sincera, ela pode ser usada, especialmente, num contexto profissional, e ninguém fica incomodado. Antes pelo contrário, quando alguém me pede algo de natureza profissional, até hoje, aos 45 anos, fico muito feliz por acharem que sou capaz de ajudar. Umhas vezes não consigo, outras vezes consigo... pensarem em mim já é sinal de que acreditam que eu vou ouvir e vou tentar ajudar, se puder. É a qualidade da relação, mais do que a profundidade e a frequência.

## **Quando alguém me pede algo de natureza profissional, até hoje, aos 45 anos, fico muito feliz por me acharem que sou capaz de ajudar.**

**E também pode acabar por vir de nós! Não só quando as pessoas nos vêm pedir ajuda, mas quando nós próprios sabemos que, naquelas circunstâncias, alguém pode ser o contacto certo.**

Claro! Dizer assim: “olha, eu ouvi não sei quem dizer que precisava de uma *babysitter* ou que ficou sem empregada, e tu acabaste de me dizer que encontraste uma fantástica, fala com a tal”... Pode ser um estagiário no corredor! O *networking*, por exemplo, para quem começa o estágio, é conhecer as pessoas. Nós somos quase quinhentas pessoas dentro deste edifício; tu não sabes quem é que é simpático, quem é que é difícil, quem é que é mais tímido, se a pessoa sabe sobre imposto de selo ou se sabe sobre concursos públicos ou sobre financiamentos! Por isso, se eu te conheço e estiver no bar, e chegar outra pessoa que tu deves conhecer — porque deves procurar conhecer todas — e te apresentar “*não sei se já conheces o Nuno que começou*”



# D.

*agora, mas foi nosso estagiário de verão e fez isto e fez aquilo...”, o que eu souber de ti e do destinatário, que vai cativar o interesse deste, digo-o e apresento-vos: passam logo a ter uma relação diferente. E é menos difícil para ti ser apresentado do que apresentares-te tu, sozinho, sendo também mais memorável para quem te passa a conhecer.*

**E já que estabelecemos um plano de ação, como é que se começa uma conversa e como é que se acaba?**

Quando é *one-on-one*, tem de ser a sensibilidade e a boa educação de cada um a guiar como se vão relacionar. Num contexto com muita gente — uma conferência, por exemplo —, onde quero conhecer o máximo de pessoas possível, mas com qualidade, confesso, pode ser muito cansativo... não me interessa nada conhecer apenas uma pessoa, por muito interessante que seja, que é uma agulha num palheiro enquanto uma potencial oportunidade, se isso significa não conhecer mais ninguém. Ao fim de 10 minutos, tenho mesmo de dizer: *“olha, eu estou a adorar conversar consigo. Tenho a sensação de que nós podíamos ficar a falar durante imenso tempo, temos imensas coisas em comum, isto, isto e isto... mas, como tu, eu também preciso de conhecer mais pessoas, porque eu vim com este objetivo”*. Temos de ser transparentes.

**Há temas que devem ser evitados nessas conversas?**

Ainda agora estava num almoço e alguém queria puxar o tema da eutanásia com uma posição pessoal muito assumida. Eu tenho opiniões sobre muitas coisas, mas escolhi não falar, porque aquilo ia criar uma polarização de um tema que nenhum de nós ia resolver e que não era para ali chamado. Mas, acho que é bom senso: futebol, política, Lula/Bolsonaro...isso corre quase sempre mal. É preciso fazer um *active listening*, não temos necessariamente de tomar sempre uma posição. Quando fui a Berlim a uma conferência, já havia muitos tumultos e muita instabilidade em Israel. Os advogados que estavam lá de escritórios de Tel Aviv, estavam a falar e tinham sentimentos muito fortes sobre o que estava a acontecer. Foi interessante ouvir perguntando sobre o seu quotidiano. Como é que os escritórios de advogados vivem estes tempos? Como é que os clientes se sentem? Como está a rua? Mostrar interesse, sem necessariamente tomar posição.

**Um velho ditado popular diz que não se deve julgar um livro pela capa, mas num evento de *networking*, por exemplo, quão é importante é a capa? A forma como as pessoas estão, se apresentam, se aproximam?**

Muito! Se calhar, é da minha geração... e não acho que exista uma maneira certa ou errada de fazer, simplesmente acho que devemos, especialmente como prestadores de serviços e como advogados, entender o cliente. Daí, vestirmo-nos e comportarmo-nos de maneira segura, mas discreta. Na dúvida, eu tendo a ser conservadora... acho que isso é da minha geração e do meu contexto.

# D.

## Isso mudou com a geração dos atuais universitários/recém licenciados?

Muda mais com os clientes. Os meus pais diziam-me que é tão importante saber estar confortável ao pé de um rei, como na tasca mais tasca do mundo. Por isso, é preciso perceber quem é o interlocutor. Quando eu morava no Brasil, tinha uns clientes, três irmãos, que tinham começado um negócio do zero, que eram uns senhores já de uma certa idade e estavam a vender a empresa e que vieram ter ao meu escritório na altura, para serem aconselhados para vender a empresa (tinham uns americanos interessados) e notava-se como estavam super desconfortáveis a usar gravata. A primeira coisa que o advogado que estava comigo disse foi: “*vocês não se importam?, eu vou tirar a gravata, porque tivemos um dia comprido e vamos ter uma conversa descontraída, só nós*”. Os clientes ficaram logo mais confortáveis e tiraram as gravatas logo a

seguir. Mais do que ser um tema geracional, é vital entender quem é o cliente. Eu preciso que um cliente se sinta compreendido por mim: aquilo que eu manifesto na forma como me visto também pode comunicar isso.

## (...) é preciso perceber quem é o interlocutor.

## Como é o *networking* para captação de clientes?

Isso não é *networking*, é *business development* e são coisas muito diferentes... nada do *networking* é vendas. A qualidade das relações tem de ser sincera e não pode ser interesseira; toda a gente deteta isso à distância, todos já sentimos isso... Mas ter uma boa rede é diferente da procura de negócio: ter boas redes pode ajudar a identificar oportunidades e assegurar que o mercado sabe quem somos e o que fazemos e isso pode ajudar o *business development*...

## Então, se calhar, o estigma que existe para aqueles que vêem o *networking* como um tabu também está nas fronteiras do próprio *networking*?

Sim, está. Não é vendas e não é *business development*. Uma das redes mais importantes para um advogado é o seu grupo da faculdade, para sempre, por muitas razões: é o lugar onde posso dizer as coisas mais estúpidas sem ser julgada, posso pedir conselhos, trocar experiências, desabafar e todos me conhecem de uma forma que mais ninguém conhece.

## É possível falar-se em *networking* com os clientes no longo prazo?

Os clientes conhecem-nos e falam bem de nós. Trabalho muito com um cliente que durante vários anos nos deu imenso trabalho, ótimos honorários, projeção espetacular... e que agora está numa fase de atuação mais travada, por circunstâncias macroeconómicas e de estratégia global. Entrei num avião e fui almoçar com eles: não tenho nada para lhes pedir, eu quero é saber como é que eles estão... as pessoas com quem eu já estive tantas horas nas trincheiras. A relação é com cada uma dessas pessoas. Podem ser relações próximas, sendo profissionais. Eu não preciso, necessariamente, de saber se aquela pessoa tem namorado, ou não, se está chateada

# D.

ou se está com problemas de saúde. Mas conhecemo-nos num contexto profissional, em que há uma confiança mútua.

**Como é que se mantêm as conexões no longo prazo? Há estratégias que podemos utilizar para não as deixar esmorecer?**

Há muitas! Mas antes de responder à pergunta, tenho que dizer que não temos de ter relações quotidianas, ou próximas e diárias, com toda a gente, especialmente num contexto profissional. É mais importante, nos momentos em que temos o contacto, realmente fazermos uma *connection* com a pessoa, como no caso da jornalista Joyce com quem eu não falava há alguns anos. Passados 6 anos, o contacto foi possível porque, quando estive e me dava com ela e fazia sentido naquele momento profissional, era totalmente sincera, ela nunca duvidou disso, então não precisei falar com ela todos os dias para que esta me ouvisse quando a contactei. Muitas vezes digo: “quando alguém não souber a quem ligar, pode ligar-me a mim”.

**(...) não temos de ter relações quotidianas, ou próximas e diárias, com toda a gente, especialmente num contexto profissional. É mais importante realmente fazermos uma *connection* (...).**

**Voltemos, então, ao *networking* dentro das estruturas.**

Sim, dentro das estruturas e dentro da própria organização. Numa organização, o *networking* é muito importante. Pensando num estagiário, ou para lá disso, há *network* diferentes. A primeira rede é importante, a partilha de experiências, o “não ir sozinho” é uma rede de apoio. Depois há uma rede quase operacional, na própria área. Perceber como se tomam as decisões, quais são os assistentes que ajudam, que aquela pessoa é útil para isto, mas para outro assunto é a outra pessoa que se tem de perguntar. É preciso entregar um trabalho. Como é que eu me mexo no sistema? Como é que a Maria gosta dos e-mails? De novo, a rede operacional. Há uma data de benefícios de fazer um *networking* regular, que não precisa de ser rigoroso, mas que requer disciplina, senão ficamos no nosso gabinete a fazer as nossas coisas e a falar com as “nossas” 4 pessoas. Dar-se a conhecer é vital, quer na parte que nos consola, quer na parte que nos motiva e que nos pode trazer oportunidades diferentes.

# D.

As estruturas hierárquicas existem. Nuns sítios são mais definidas do que noutros, e às vezes há aquelas circunstâncias, até entre colegas vemos isso, quando vamos a feiras ou exposições onde estão sociedades de advogados ou outras empresas, em que se cultiva uma prática de evitar quebrar certas barreiras invisíveis entre as hierarquias, ou seja, podemos conversar 2 ou 3 níveis acima do nosso, e não mais. Concordas?

Só vou falar da VdA, porque é o único escritório de advogados que conheço de dentro. É óbvio que há hierarquias, que têm principalmente a ver com responsabilidade. Isso é alguma coisa que deve tranquilizar toda a estrutura. Há uma relação entre a experiência e o conhecimento fresco. Entre a idade e a mundividência de quem está a começar e de quem está a fazer isto há muitos anos. Uma relação altamente simbiótica. O que é preciso é saber qual a ferramenta certa: essas coisas têm de funcionar juntas. A ideia de os mais novos nos desafiarem é bom para todos e é uma coisa muito desejada e procurada. Desde que passei a sócia senti um bocadinho que o preconceito da distância hierárquica existe. É talvez a única coisa de que eu tenho pena, desde que sou sócia: as pessoas nem sempre sentem a proximidade que eu gostaria que sentissem.

**Quando estabelecemos e criamos uma rede de contactos até para permitir a interligação, devemos tentar ser o mais reser-**

**vados possíveis em relação às pessoas que conhecemos? Ou devemos tornar isso relativamente público, para podermos ser os agentes de contacto?**

Não precisamos de oferecer, precisamos apenas de saber ouvir. Se acharmos que temos alguma coisa que pode ser útil, mexemo-nos. Acho que *actions speak louder than words*. É melhor ouvires alguém que tem um problema, descobrires se consegues resolver e depois tens uma solução, do que dizer “*Eu conheço alguém, vou ver se consigo resolver*”. É exatamente a mesma coisa, mas o valor que isso traz à pessoa é completamente diferente. Acho que as ações são muito mais convincentes se estivermos atentos aos outros. Conseguimos trazer-lhes as oportunidades sem nunca termos de dizer “*porque eu conheço não sei quem*”.

**As pessoas gostam de ficar com a imagem da empresa que é transmitida com o cartão.**

**Ainda se entregam cartões de visita? Ou hoje em dia isso já passou?**

Nós pensávamos que ia acabar. Temos *QR Code* e cartões de visita. E ainda se entregam. Eu pensei que ia entrar completamente em desuso por causa da pandemia. Estranhamente está a voltar. As pessoas gostam de ficar com a imagem da empresa que é transmitida com o cartão e, para alguns, o cartão serve para tirar notas sobre o encontro, para se lembrar no futuro.

**As pessoas gostam de ficar com a imagem da empresa que é transmitida com o cartão e, para alguns, o cartão serve para tirar notas sobre o encontro, para se lembrar no futuro.**

# D.

Para os jovens que estão à procura das suas primeiras oportunidades, até para um estágio, que circunstâncias é que achas que são as ideais para estabelecer relações com as pessoas dentro dos escritórios? Por exemplo, verias com bons olhos se um aluno te enviasse uma mensagem no LinkedIn a apresentar-se ou se fosses a uma conferência na Católica e eles se apresentassem também? Isso é bem visto? Achas que é a forma certa?

É, se for bem feito. Pode ser muito impressionante, muito impactante. Se for alguém que me manda um pedido de conexão sem uma mensagem a explicar porque é que o está a fazer, é só mais um. Recebo pedidos de contacto de pessoas *random* todas as semanas. Se for alguém que me escreveu, que se deu ao trabalho, essa pessoa vai receber uma resposta minha. Essa pessoa fez *networking* bem.

**Como estar no sítio certo à hora certa para fazer *networking*?**

Não tem resposta certa ou errada. Eu gosto muito de conhecer o máximo de pessoas possível. Entusiasmo-me rapidamente pelas coisas que aprendo com as pessoas que conheço. Portanto, tenho um grande entusiasmo para conhecer pessoas e de ficar a saber sobre elas. Uma das dificuldades, para mim, à medida que fui ficando com a vida mais densa: entre filhos e família e transações e responsabilidade, foi aprender a dizer que não. Isso ajudou-me a travar. Custa-me sempre imenso escolher o que é que vou fazer, mas talvez esse foco seja, por um lado, uma maneira de estar no lugar certo, porque foi intencional, e outro é estar num estado predisposto para isso possa acontecer.

A hand in silhouette is shown dropping a ballot into a ballot box. The ballot box is black and has the title 'O CONTRIBUTO DAS SONDAGENS PARA A DEMOCRACIA' written on it in white and red text. The background is a light gray gradient.

D.

## O CONTRIBUTO DAS SONDAGENS PARA A DEMOCRACIA

POR:

ANDRÉ AZEVEDO ALVES  
RICARDO FERREIRA REIS

**A** existência de centros de sondagens independentes, assentes em princípios e práticas rigorosas e científicas tem, entre outras, a importante função de verificar e auditar eleições, sobretudo nas noites eleitorais, em que os resultados são antecipados nas TV's logo no fecho das urnas. A existência dessas sondagens, além de melhorar o debate político durante as horas até ao escrutínio final, reduz tentações de fraude. Em algumas jovens democracias, este elemento está em falta para afastar suspeições.

**A existência de centros de sondagens independentes, assentes em princípios e práticas rigorosas e científicas tem, entre outras, a importante função de verificar e auditar eleições, sobretudo nas noites eleitorais, em que os resultados são antecipados nas TV's logo no fecho das urnas.**

Em Portugal, desde 1974, nunca houve felizmente a menor dúvida sobre os resultados. Ainda assim, na infância da nossa Democracia, a Universidade Católica foi pioneira na criação de um centro de sondagens independente para análise e acompanhamento das eleições. Imediatamente, a estação pública abraçou a ideia como um desígnio cívico e a relação entre UCP e RTP existe desde então, fortalecida ao longo de décadas com múltiplas sondagens.

# D.

Nos períodos entre eleições, e em particular nos períodos imediatamente antes das eleições, as sondagens proporcionam também uma relevante fonte de informação tanto para os agentes políticos como para o público em geral. É muitas vezes nestes momentos pré-eleitorais que se levantam mais dúvidas sobre as sondagens e a sua eventual manipulação. A este respeito importa salientar dois aspetos. Primeiro, com exceção das sondagens de boca de urna realizadas no próprio momento das eleições, as sondagens não são previsões dos resultados mas apenas tentativas de fotografar o estado do eleitorado num dado momento antes das eleições. Segundo, a melhor salvaguarda contra possíveis situações de manipulação de sondagens para fins políticos é a concorrência entre diferentes centros de sondagens. De facto, só a pluralidade de centros de sondagens independentes permite garantir que uma eventual manipulação será publicamente contrastada com os resultados de outras sondagens. Daí que propostas ou ideias de agregação de centros de sondagens devam ser vistas com bastante cautela e uma boa dose de ceticismo.

**(...) com exceção das sondagens de boca de urna realizadas no próprio momento das eleições, as sondagens não são previsões dos resultados mas apenas tentativas de fotografar o estado do eleitorado num dado momento antes das eleições.**

Voltando um pouco ao início, que papel poderão ter as sondagens na noite eleitoral, em circunstâncias em que o voto venha a ser eletrónico? Que contributo darão as sondagens às 20h se os resultados definitivos se deverão saber poucos minutos depois? Primeiro, o voto eletrónico necessitará de mecanismos de validação e auditoria acrescidos, que as sondagens podem ajudar a desempenhar, reduzindo os riscos e a desconfiança face ao sistema. Segundo, o voto na urna regista unicamente a dimensão crítica da democracia: a intenção de voto. Não regista outras dimensões das características, preferências e motivações dos eleitores. As sondagens acrescentam essas dimensões: quem votou, como e porquê. Essas dimensões elevam substancialmente o debate político e o seu impacto e são também uma importante fonte de dados empíricos para investigação académica, constituindo aliás actualmente um elo de ligação cada vez mais importante entre o Centro de Sondagens (CESOP-UCP) e o Centro de Investigação do Instituto de Estudos Políticos (CIEP-UCP) da Universidade Católica.

**André Azevedo Alves**

**PROFESSOR ASSOCIADO COM AGREGAÇÃO DO IEP-UCP  
EX-DIRETOR DO CESOP-UCP**

**Ricardo Ferreira Reis**

**PROFESSOR AFILIADO SÉNIOR NA CLSBE  
DIRETOR DO CESOP-UCP**

D.

# A DESCENTRALIZAÇÃO PARA O PODER AUTÁRQUICO

Por:

Rui Moreira

Presidente da Câmara Municipal do Porto

&

Luísa Salgueiro

Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos



# D.

## Falta cumprir a descentralização

POR RUI MOREIRA

É inequívoco que o poder local reforça a qualidade e legitimidade da nossa democracia. A organização territorial do país em municípios e freguesias, baseada no artigo 6.º da Constituição de 1976, tem permitido alguma descentralização de competências administrativas, a aplicação do princípio da subsidiariedade, a aproximação do Estado aos cidadãos e uma maior lisura, transparência e responsabilidade nos processos decisórios.

É, pois, graças às autarquias que, em grande medida, temos hoje uma democracia mais participativa, descentralizada e subsidiária. Os municípios são de facto as instâncias de poder que, à partida, melhor representam as comunidades locais, que melhor defendem os interesses e anseios das populações, que melhor promovem o debate público, a participação cívica e o espírito democrático.

Tanto assim que as autarquias estão na linha da frente da resolução dos problemas dos cidadãos. Desempenham, como é reconhecido, um papel fundamental em áreas cruciais para o bem-estar e qualidade de vida das populações, como o acesso à educação, habitação, infraestruturas básicas, equipamentos culturais e desportivos, transportes, assistência social, zonas verdes e de lazer, etc.

**Tanto assim que as autarquias estão na linha da frente da resolução dos problemas dos cidadãos.**

# D.

Por tudo isto, é um imperativo político o aprofundamento da transferência de competências da administração central para as autarquias. Portugal deve cumprir cabalmente o princípio da descentralização administrativa previsto na Constituição, bem como o princípio da autonomia das autarquias locais. Aliás, a União Europeia, a OCDE e outras organizações internacionais têm recomendado a descentralização como via para uma administração pública mais eficiente e próxima dos cidadãos.

À luz dos referidos princípios constitucionais foram, em diferentes períodos da nossa vida democrática, implementadas reformas da organização do Estado. Reformas, essas, em que, com maior ou menor sucesso, se procurou reduzir o centralismo e as assimetrias no território português. Ainda assim, Portugal continua a ser identificado pela União Europeia como um Estado centralista, burocrático, opaco e distante dos cidadãos.

Apesar de também estar prevista na Constituição, a regionalização é uma reforma eternamente adiada. Circunstância que faz de Portugal uma exceção na Europa, onde a organização em regiões é regra, e que reflete o centralismo anquilosado em que o país vive, com evidente prejuízo para o desenvolvimento harmonioso do território.

Há uma verdadeira obsessão centralizadora no nosso país, que explica a relutância do

Estado em transferir competências e recursos para outras sedes de poder, designadamente para as autarquias. E quando finalmente o faz, a descentralização sai atamancada e eivada de injustiças.

**Há uma verdadeira obsessão centralizadora no nosso país, que explica a relutância do Estado em transferir competências (...). E quando finalmente o faz, a descentralização sai atamancada e eivada de injustiças.**

Falo, em concreto, do recente processo de descentralização de competências na educação, saúde e ação social. Processo que, não só não teve em conta as diferenças de escala e de recursos entre os municípios, como não assegurou a devida neutralidade orçamental. Ou seja, as verbas alocadas aos municípios não cobrem os custos inerentes às competências transferidas.

Em suma, o processo de descentralização de competências para as autarquias avança atabalhoadamente e a organização regional do país permanece uma miragem. As populações locais são assim penalizadas, uma vez que a nível municipal e, sobretudo, regional não existem competências nem recursos para assegurar, na plenitude, os princípios da boa governação administrativa, em particular uma maior agilidade e eficiência nas políticas públicas.

# D.

## Descentralização Autárquica em Portugal: Perspetivas e Desafios Futuros

---

POR LUÍSA SALGUEIRO

O processo de descentralização política em Portugal, entendido como a transferência de competências, responsabilidades e recursos do Estado central para as autarquias locais, tem vindo a ganhar um papel cada vez mais proeminente na agenda política. As bases para a descentralização foram estabelecidas na Constituição Portuguesa de 1976, mas foi a Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto que assinalou uma etapa decisiva neste caminho.

A Lei n.º 50/2018, também conhecida como Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, estabelece o quadro de princípios pelo qual a Administração Central transfere competências para a Administração Local. A lei propôs uma transferência de competências de largo espectro para as autarquias locais em áreas-chave como a educação, a saúde, a ação social, a cultura, a habitação, a proteção civil, entre outros.

**A lei propôs uma transferência de competências de largo espectro para as autarquias locais em áreas-chave como a educação, a saúde, a ação social, a cultura, a habitação, a proteção civil, entre outros.**

Ao longo dos últimos dois anos, através de um intenso processo negocial entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e o Governo, foi possível melhorar aspetos operacionais e financeiros cruciais, permitindo uma descentralização mais robusta e eficiente.

Portugal apresenta uma estrutura de descentralização particular dentro do panorama europeu. Ao contrário de países como Espanha, Itália ou Alemanha, Portugal não possui um nível de governo intermédio entre o central e o local, sendo a descentralização fortemente centrada na administração local. A recente reforma das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) é um passo no reforço da capacitação regional e da articulação regional de áreas da governação, que alguns consideram um passo no sentido da regionalização política.

# D.

Portugal apresenta uma estrutura de descentralização particular dentro do panorama europeu. Ao contrário de países como Espanha, Itália ou Alemanha, Portugal não possui um nível de governo intermédio entre o central e o local, sendo a descentralização fortemente centrada na administração local. A recente reforma das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) é um passo no reforço da capacitação regional e da articulação regional de áreas da governação, que alguns consideram um passo no sentido da regionalização política.

Do ponto de vista jurídico, a descentralização apresenta desafios complexos, como o equilíbrio entre a autonomia local e a tutela do Estado. Do ponto de vista financeiro, apesar dos avanços significativos nas últimas décadas e, em particular, dos últimos dois anos, Portugal apresenta um nível de autonomia financeira local comparativamente mais baixo em relação a outros países europeus. Neste contexto, é desejável que Portugal prossiga a convergência com a realidade europeia.

Olhando para o futuro, a questão da descentralização em Portugal irá, sem dúvida, continuar presente na agenda política, sendo necessário aprofundar o diálogo e o compromisso entre os diferentes níveis de governo - central, regional e local - para que o país possa reforçar a coesão territorial e social.

O papel do poder local na promoção do desenvolvimento sustentável deve também ser reforçado, nomeadamente no combate às alterações climáticas e em outros desafios globais. Para tal contribui, também, a aproximação dos cidadãos aos centros de decisão do Poder Local, que é reforçado pela descentralização.

## Um desafio à Academia!

O tema da descentralização em Portugal é um campo vasto e complexo, que atravessa vários domínios, desde o direito constitucional ao direito administrativo, passando pela economia e pela sociologia. A descentralização oferece um campo de estudo rico, que exige um conhecimento profundo e uma análise cuidadosa das várias dimensões envolvidas.

**A descentralização oferece um campo de estudo rico, que exige um conhecimento profundo e uma análise cuidadosa das várias dimensões envolvidas.**

À medida que o processo de descentralização se aprofunda, é natural que o tema continue a ser de grande interesse geral. Deixo o desafio aos estudantes e profissionais de Direito de se focarem na oportunidade de explorar as implicações práticas da lei e do seu impacto na sociedade.

Para tal irá contribuir o Observatório da Descentralização, que a ANMP está a preparar, abrindo novas possibilidades de colaboração com a Academia.

# FAZER POLÍTICA COM PROFUNDIDADE

um dever de um bom jurista

por Eva Brás Pinho

Desde pequena que se discute política em minha casa, cresci a acompanhar os noticiários, a ouvir atentamente as *conversas de adultos* sobre o estado do País. Incentivada a pensar criticamente o mundo à minha volta, e alertada para as realidades de jovens como eu, mas com vidas muito diferentes da minha, por este mundo fora.

Sempre me inquietei com o que percecionava como injusto, e rapidamente percebi que o meu futuro passaria por desenvolver as minhas competências, e usar a minha voz para ajudar a construir um país e um mundo mais parecido com o que eu idealizava. Com 15 anos escolhi Humanidades sabendo que queria seguir Direito, e com 16 entrei numa juventude partidária com a expectativa idealista (mas que ainda vive em mim) de que podia mudar o que me rodeava.

**Sempre me inquietei com o que percecionava como injusto, e rapidamente percebi que o meu futuro passaria por desenvolver as minhas competências, e usar a minha voz para ajudar a construir um país e um mundo mais parecido com o que eu idealizava.**

Com as aulas de Introdução ao Direito aprendi como os problemas podem ser entendidos (e resolvidos) através de duas lentes: respostas individuais e concretas ( atos administrativos) ou regras gerais e abstratas (leis). Se desde logo me fascinou a ginástica intelectual necessária para encontrar as soluções para conflitos ou problemas, subsumindo os factos ao direito; com o tempo, entendi como o papel do advogado – diferente da do julgador – não é encontrar “a resposta certa”. Destarte, deve, inventivamente e criativamente, encontrar normas jurídicas que permitam a solução do problema do cliente.

O universo do Direito é vastíssimo e em constante mutação. Exige constante atualização e estudo, no qual não bastará ler e recitar o *jure condito*, mas sim compreendê-lo: os seus considerandos, o seu propósito, bem como as suas limitações e eventuais lacunas.

# D.

O que gera, então, esta constante mutação? Não mais do que o processo político: legislativo, executivo ou regulamentar.

Com efeito, um bom jurista será aquele que vai além da estrita aplicação do *jure condito* que, ao invés, conhece o “espírito do legislador” e pensa criticamente as normas. Pese embora o bom jurista saiba o que direito *é*, saberá também pensar o que está por fazer, o que o direito pode vir a ser: o *de jure condendo*.

**(...) um bom jurista será aquele que vai além da estrita aplicação do *jure condito* que, ao invés, conhece o “espírito do legislador” e pensa criticamente as normas.**

Ora, este exercício contínuo, não é mais do que uma forma de pensar política.

Em contrapartida, ainda que seja desejável diversidade (empírica e técnica) nas assembleias e executivos, um político será tão melhor quanto pensar os temas em profundidade. Quanto mais sólida for a sua formação académica, bem como o seu domínio da natureza jurídica das ferramentas e/ou resultados últimos do seu trabalho. Assim fosse sempre, não ouviriam os alunos de direito a constante expressão “o legislador não se expressou bem” ou “não disse o que queria dizer”.

Por outro lado, o espaço político precisa, cada vez mais, de credibilidade aos olhos do público, que assiste, descrente, a constantes casos e casinhos que fragilizam toda a classe política. Contudo, o impacto negativo não se fica por aqui: i) afasta a discussão dos temas concretos da governação e dos indicadores de crescimento ii) afasta bons quadros da sociedade civil que não se querem ver associadas à “reputação” dos *políticos* iii) afasta muitos dos que estão em política de forma independente, por não quererem entrar em jogos menos dignos.

**Por outro lado, o espaço político precisa, cada vez mais, de credibilidade aos olhos do público, que assiste, descrente, a constantes casos e casinhos que fragilizam toda a classe política.**

Não tenho dúvidas de que fazer Política – com valores, em profundidade e com compromisso – é um dever cívico de qualquer cidadão (jurista ou não), com sentimento de pertença à comunidade, e com vontade de fazer a diferença.

Acredito que estas duas vocações que tenho residem na mesma razão fundamental: a vontade de ajudar e representar os outros. Sei que a Política será também melhor com a sociedade civil, com bons corações, aliados a boas cabeças com vontade de pensar criticamente o mundo. Por isso, lanço o desafio: aliem os vossos conhecimentos jurídicos à vontade de mudar o que vos rodeia.

D.

# ALEXANDRA LEITÃO

---

**Personalidade  
em Destaque**

Nuno Brochado de Agarez  
DIRETOR NACIONAL DO JORNAL DIURNA.



# D.

## ALEXANDRA LEITÃO

Alexandra Leitão, atualmente Deputada do Partido Socialista, mas com um percurso no Executivo anterior, é uma personalidade destacada do seu partido.

O seu comentário político no *Princípio da Incerteza* é sobejamente admirado pelo entrevistador, destacando a assertividade e a liberdade com que o faz.

Entre tantos outros temas, discutimos a Administração Pública e a Educação, cujo contexto é palco de argumentações apaixonadas de todos os lados.

### *Qual é o seu lema de Vida?*

*Um que me vem logo à cabeça, é nunca ser forte com os fracos e fraca com os fortes.*

---

**E**m abril do ano passado, no Público, escreveu “*as mulheres assertivas na política têm muitos anticorpos*”. Considera-se uma mulher assertiva?

Sem falsas modéstias, sou bastante assertiva. Quando tenho uma opinião sobre algum assunto costuma ser forte e tenho muita dificuldade em não a fazer passar, não a dizer em voz alta, mesmo que depois não se faça aquilo que eu acho. E sim, acho que isso não facilita a vida, nem a homens, nem a mulheres. E ainda dificulta mais a mulheres do que a homens.

É por isso que o Diurna quis conhecer as suas opiniões. Invocando a tutela ministerial que exerceu, e a doutrina que construiu, num exercício pedagógico para juristas e não juristas, quando se fala de Administração Pública, fala-se do quê e fala-se de que serviços em particular?

# D.

Fala-se de toda o conjunto de serviços e órgãos que pertencem ao Estado e a outras pessoas coletivas públicas. Quando falo em pessoas coletivas públicas estou a pensar, essencialmente, também nas autarquias, que também são Estado neste sentido amplo. É toda essa máquina que nos providencia os serviços públicos do Estado para com o cidadão. Vão desde os serviços públicos de prestação mais estritos, como a educação ou saúde públicas, até aos serviços que não são tanto de prestação, como a justiça, a administração interna, tudo aquilo que imaginamos quando pensamos em administração. O Estado em Portugal para além de regular é também ainda prestador.

## **O Estado em Portugal para além de regular é também ainda prestador.**

**Quando diz “ainda”.. é porque não quer que seja assim ou porque tem medo que deixe de ser assim?**

Eu sou a favor de um estado que preste os serviços públicos essenciais. E aí que pensar, essencialmente, em educação, saúde e segurança social. E sim, quero que continue a ser assim.

**Porque existem tantas pré-conceções à Administração Pública e aos funcionários públicos? Porque são morosos, envelhecidos, desleixados, etc.**

O perfil de um funcionário público é o de alguém que, em média, é mais qualificado que o resto da população, de acordo com as estatísticas. Aqui, tem um grande peso de corpos como os magistrados ou os médicos do Serviço Nacional de Saúde. Mas é envelhecida. E é ainda razoavelmente mal paga. Nem sempre tem tarefas muito motivadores. Algumas tarefas tendem a ser até repetitivas. Já se fez um avanço no sentido da desburocratização, mas ainda não é suficiente. Talvez seja por tudo isto que as pessoas têm uma imagem “pesadona” dos funcionários públicos. Mas não é uma imagem muito justa, na verdade. Muitas vezes vivem com meios difíceis (computadores lento, por exemplo). Por outro lado, no período da *troika* também se criou a imagem de que os funcionários públicos não perdiam, e não perderam, o emprego. Não é justa a imagem que a certa altura se criou de que naquele período os funcionários públicos passaram incólumes. Não foi. Tiveram cortes enormes, tiveram 13º mês, tiveram cortes no subsídio de Natal, tiveram cortes no subsídio de férias.

**Não é justa a imagem que a certa altura se criou de que naquele período os funcionários públicos passaram incólumes.**



# D.

## **Congelamento das carreiras!**

Isso! Exatamente! Portanto, não é justo dizer-se, ou não foi justa a determinada imagem que se criou de que durante aquele período os funcionários públicos se tinham safado. Não foi, tiveram cortes... Agora, não terão perdido o emprego, ou muitos não... professores que não eram contratados, deixaram de ser contratados. Talvez, por isso, também, nesse período foi um período muito turvo para Portugal. Muito turvo, muito traumatizante, e muito recente, não é? Estamos a falar de 2011, 12, 13. Talvez tenha exacerbado um bocado mais. Durante a pandemia... (*a ideia dos salários mínimos*). Pois, a ideia dos salários mínimos... a pandemia, a determinada altura também trouxe essas coisas de volta, porque os funcionários públicos, durante a pandemia, foram aqueles que (*não tiveram lay-off*) não tiveram problemas, não é? Continuaram... pronto! E devo dizer que, estando eu Ministra da Administração Pública nessa altura, percebi claramente... eu entrei em outubro de 2019. A pandemia, em Portugal, declarou-se em março de 2020, e eu percebi claramente: O meu programa já foi! (Alexandra ri-se).

Portanto, acho que é isso que explica um bocado, às vezes essa visão que, apesar de tudo, eu acho que está a mudar. Nós hoje já vemos muitas pessoas dizer, por exemplo, no SNS, em hospitais, “fizeram tudo o que podiam”. As pessoas, ao mesmo tempo que criticam a “máquina”, quando se referem ao funcionário em concreto até têm uma palavra simpática a dizer. Eu, por acaso, acho um bocado... (*é interessante, isto!*). É! São capazes de criticar a “máquina” e, sobretudo, quem está no topo da “máquina”, o Governo, seja qual for, mas depois até dizem: “eles, com o que têm, fazem o que podem!”. Muitas vezes ouve-se isto!

## **Há muitas profissões em que uma pessoa acima dos 55 anos não representa um tempo integral.**

**Acha que, neste âmbito, é preciso mudar uma cultura dentro da Administração Pública, mas também da sociedade na forma com a encara? Ou é uma questão de resolver recursos e o resto vem por arrasto?**

Nunca é só uma questão de resolver com recursos, não é? Acho que se nós conseguirmos agilizar ainda mais a “máquina” do Estado, no sentido de as pessoas sentirem uma melhoria mais significativa dos seus serviços públicos, isso vai contribuir para terem uma visão diferente. Neste momento, já temos maior número de funcionários públicos. Superior ao que tínhamos em 2011, pouco superior, mas 730.000, mais ou menos. “*Ah são tantos!*”, dizem. Mas são envelhecidos. Há muitas profissões em que uma pessoa acima dos 55 anos não representa um tempo integral. Os professores, por exemplo. Os médicos, não fazem bancos de horas!, e bem... Não se pode dizer que ter 10 pessoas de 30 anos ou 10 pessoas de 55 anos é a mesma coisa, porque não é. E o que se passa hoje na Administração Pública, é que há um maior número, mas também um maior envelhecimento, e as duas coisas associadas fazem com que a produtividade não aumente na proporção do aumento do número. Estas estatísticas, feitas pelas Direção Geral da Administração do Emprego Público, na verdade, se calhar, deveriam contabilizar TIs. Por exemplo, em vez de dizer que temos 200 professores numa escola, devíamos dizer 50

# D.

professores que fazem as 22 horas, 10 professores que fazem 14 horas, 30 professores que fazem 16 horas. Isso dar-nos-ia um número diferente. Claro que aí, como na política atual, tudo o que demora mais do que 30 segundos a explicar já perdeu a utilidade... e esta é uma das coisas que demora mais que 30 segundos a explicar...

**Mas aqui temos todo o tempo do mundo. Durante muito tempo, trabalhar na Administração Pública era um *safe place* para muitas famílias que estavam, pela primeira vez, a sair da pobreza. Principalmente, nas pequenas repartições. Seja no período do Estado Novo, seja na transição para a Democracia, porque era visto como um trabalho seguro, estável e para a vida. Essa cultura ainda permanece?**

Ainda não foi completamente ultrapassada mas vai ser. E está a ser.

**É um problema no fenómeno de atração?**

Eu costumo dizer que uma das razões, talvez a principal razão, pela qual nós não conseguimos atrair muitos jovens tem a ver com o seguinte: hoje, os jovens da sua idade, mais velhos ou um pouco mais novos, não valorizam da mesma maneira o emprego para a vida como, se calhar, eu valorizava quando tinha a vossa idade, e os meus pais ainda mais. A partir do momento em que aquela que era a coisa mais evidente que a A.P. tinha para oferecer os jovens, perde valor... a capacidade de atração baixa vertiginosamente.

**Mas se a segurança já não é um ponto, o salário também não é, então, o que pode atrair um jovem?**

Tive a oportunidade de perguntar isso mesmo, enquanto estive no Governo, a alguns jovens. Das respostas, destaco uma: “a capacidade e possibilidade de influenciar políticas públicas”. É uma perspetiva interessante, o conseguir influenciar políticas públicas. Só que, mesmo isso, depende do sítio. Se calhar, num gabinete de estudos ou num centro de competências do Estado, consegue ter-se essa influência. Mas não é qualquer oposto. Não deixa de ser uma nota interessante... acho que por aí se pode fazer um caminho interessante para os jovens.

**Há umas semanas o *The Economist* publicou um artigo muito interessante sobre os *Civil Servants*, no Reino Unido, como uma parte essencial apartidária de apoio aos governos, funcionários públicos que verdadeiramente influenciam as políticas nacional. A nossa A.P. tem esse mantra, essa áurea? E esses perigos democráticos?**

Tenho pensado muito sobre isso porque, ainda há pouco tempo, com o fenómeno Liz Truss, um exemplo de A.P. robusta, apartidária, com poder...

**Foi fascinante, aquele período. O que eles fizeram... Porém, também levanta questões sobre a democraticidade das decisões essenciais...**

# D.

Levanta, levanta, claro, o ponto é mesmo esse. É de se tirar o chapéu como uma A.P. tem autoridade para enfrentar o Primeiro-Ministro e diz “Isto não pode ser, está a destruir isto tudo. Vamos ter juízo”. E até faz cair Truss, no final... Por outro lado, também se pode dizer, “bom, mas ela tinha legitimidade democrática a seu favor, com as suas regras do parlamentarismo puro. Os *Civil Servants*, não, são nomeados!”. Daqui se retira uma questão fundacional: as grandes decisões devem ser técnicas ou devem ser políticas? Por exemplo, a localização do aeroporto. A minha resposta é: devem ser tomadas pelos políticos com grande assessoria técnica. Por duas razões principais: primeiro, por uma questão de legitimidade democrática e de julgamento. De 4 em 4 anos, eu cidadã, julgo com o meu voto aquele líder, daquele partido. Julgo pelo trabalho. Qualquer cidadão tem a capacidade, pelo menos, de 4 em 4 anos, ou de 5 em 5 se for o Presidente, de, pelo seu voto, dizer “não gostei desta decisão” ou “esta decisão, para mim, foi fundamental”... Segundo por uma outra questão que é menos óbvia. Eu faço Política, à data, mas a minha formação de base é Direito. Para grandes problemas, diferentes áreas científicas têm tendência a afunilar a sua lente. A pandemia é um ótimo exemplo. Médicos, saúde pública, fechar, fechar, fechar, fechar, o vírus, o vírus, o vírus, o vírus. “*Ai, mas as aprendizagens. Os miúdos na escola*”. Paciência. “*Ai, mas os velhotes*”. Paciência. “*Ai, mas a economia, os bares*”. Paciência. A lente. O economista ou as pessoas da economia “*Ai, não podemos fechar tudo. Como é que fica a economia? Como é que é?*”. Um jurista, que era o meu caso, “*E os direitos fundamentais? E o direito à circulação? Porque é que não posso ir ver a minha mãe a outro concelho se vou de casa para casa*”, etc. O decisor político faz a ponderação precisamente porque tem a legitimidade democrática para a fazer. Decidir qual é o interesse público que prevalece.

**O decisor político faz a ponderação precisamente porque tem a legitimidade democrática para a fazer.**



# D.

**Vamos imaginar que voltava a ser Ministra, com a mesma pasta. Qual era a primeira coisa ia buscar à gaveta e que não pôde fazer?**

Refazia o sistema da avaliação do desempenho dos funcionários públicos.

**Uma boa pergunta... Um bom ponto... Acha que os funcionários públicos devem ser avaliados?**

Acho que devem ser avaliados, têm de ser avaliados. Um dos erros em que, às vezes, os próprios sindicatos caem é o não aceitarem diferenciação. Todos nós temos diferenciação no que fazemos. A diferenciação não é desigualdade, é diferenciação. Se nós tratarmos todos da mesma maneira, os mais capazes, e mais esforçados e mais trabalhadores, vão se sentir injustiçados relativamente aos outros, e não vão ter a motivação para continuar a fazer bem. Sou a favor de uma avaliação rigorosa, eventualmente, com algum tipo de quotas.

**Mas as quotas têm sido um problema...**

Certo! Agora... o que não pode haver, e é por isso que eu saí frustrada por não ter conseguido mexer no SIADAP [Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública]... O que não pode haver é uma carreira em que a perspetiva de progressão seja de 10 em 10 anos, com aumentos de 200€ entre cada um desses escalões. Não pode ser! Um jovem de 23, ou 24, ou 25 anos entrar na A.P. a ganhar líquidos 1100€, até não é dramaticamente mau, o problema é que daí a 10 anos estarão a ganhar mais 200€, e daí outros dez, mais 200, e daí outros dez, mais 200, e depois

aposentam-se, porque como é evidente, de 10 em 10 anos, ninguém chega, nem sequer a meio da carreira, quanto mais ao topo. Uma classificação de mérito tem que garantir uma progressão mais rápida do que faz hoje. Mesmo uma nota de “adequado” — não se notabiliza, mas cumpre — não pode significar uma progressão de 10 em 10 anos.

**E não cumprir? Pode dar ao despedimento?**

Não cumprir tem que dar, eventualmente, um processo disciplinar que depois conduzirá ao que tiver que conduzir.

**Ainda há um tabu do despedimento na Administração Pública... Voltando à avaliação, nos meandros da própria administração, não há um certo corporativismo, até nas quotas, quando esta é feita entre pares? Por exemplo, no caso dos professores.**

O problema das quotas é que as quotas são cegas e, portanto, talvez haja mesmo serviços onde 100 % das pessoas são ótimas e outros serviços onde nem 25 % são ótimas.

**Certo é que são sempre preenchidas as quotas...**

Exatamente. Poderiam inventar-se soluções do género: há uma quota de 30 % salva determinada fundamentação com autorização superior. É necessária essa flexibilidade, em função dos serviços. Por acaso, eu que até sou muito avessa ao corporativismo, sou franca, acho que há mais corporativismo em algumas classes fora da administração pública do que dentro da administração pública.

# D.

Nesta senda dos professores, podemos falar um bocadinho de Educação também?

Sim. Foi o que mais gostei de fazer no Governo!

**Imaginei que me fosse responder o contrário, por ter feito formação académica na área da administração pública.**

Sim. Mas eu vou dizer-lhe porquê. A pasta da administração pública e da administração do Estado cai no âmbito daquilo que eu sempre fiz: sou jurista, professora de Direito Administrativo. Portanto, aquilo é o que eu sei fazer. A Educação não é uma área que eu conhecesse tão bem à partida, porém, aqueles dois primeiros anos do Governo, 2016 e 2017, foram anos em que se sentiu uma motivação dentro do Governo, uma vontade de fazer coisas.

**(...) 2016 e 2017, foram anos em que se sentiu uma motivação dentro do Governo, uma vontade de fazer coisas.**

**Algo fresco.**

Tudo novo. A Geringonça era nova, o Primeiro-Ministro era novo, tínhamos tido 4 anos de *Troika*, 4 anos muito difíceis. Quando o Governo é formado em novembro de 2015, havia muitas dúvidas.

**Havia quase uma espécie de um brio.**

**Eu tenho em ideia que tudo o que é um serviço universal, deve ser gratuito e universal, sem condição de recursos.**

Já que gostou tanto da Educação e que conhece o ensino em tantos níveis, desde o pré-escolar até ao final do ensino secundário, das licenciaturas aos doutoramentos, o que mais a impressiona e o que mais a choca?

“Vão levar tudo outra vez ao charco”. Na Educação, naqueles 4 anos, deram-se manuais gratuitos!

**Também foi uma decisão criticada, porque é cega.**

Foi. Eu tenho em ideia que tudo o que é um serviço universal, deve ser gratuito e universal, sem condição de recursos. As prestações sociais devem ter condição de recursos. O grande problema em Portugal é que a condição de recursos, muitas vezes, é muito baixa, ou seja, eu concordo que uma série de prestações dependa de condição de recursos. Depois temos é que não pôr lá uma condição de recursos realista. O Escalão A da ação social é para um agregado familiar que tenha um rendimento anual de 3 000 €. Eu não acredito, não é possível, ou então vivem de uma economia muito informal e apoiados. É inaplicável: uma condição de recursos de 3 000 €.

**Potencia a economia paralela.**

Exato. Tudo a favor das condições de recursos nas prestações sociais... mas condições de recursos razoáveis.

# D.

O que mais me impressiona é a capacidade que os 50 anos de democracia tiveram para aumentar a escolaridade obrigatória. Eu, quando andei no ciclo preparatório, equivalente ao 5.º e 6.º anos atuais, aquela era a escolaridade obrigatória. Eu tenho 50 anos, quando eu tinha 11 anos, a escolaridade obrigatória ia até aos 11 anos, que era quando se fazia o ciclo preparatório e agora, já há algum tempo, vai até ao 12.º ano ou a maioridade, aos 18. No início dos anos 70, a taxa de abandono escolar estava na casa dos 50 %, hoje está em 6 %. Isso é notável. Isso é um produto da escola pública, da democratização do ensino, dos professores e do o trabalho que foi feito.

## **A cultura mudou, inclusivamente.**

Os pais valorizarem terem os seus filhos a estudar.

**E nem todas as escolas são iguais. Também elas continuam a combater décadas de atrasos.**

“Uma escola no Restelo ficou acima de uma escola em Chelas, nos *rankings* nacionais.” Pois, mas a de Chelas faz um trabalho muito mais notável.

## **As estatísticas têm esse defeito.**

Daí eu ser contra os *rankings*. É uma coisa cega. É uma coisa que não tem em conta os contextos, o trabalho, a progressão. Quando nós estávamos no Governo, fez-se uma coisa que foi um outro *ranking*, que é o *ranking* dos percursos diretos de sucesso, que não olha para os resultados em abstrato, olha para a progressão. No ano passado, a média nesta escola era 13, agora a média nesta escola é 15. Então, esta progrediu mais do que uma que subiu do 19 para o 19,1. Por exemplo, para ser simplista. No fundo, o que nós estamos aqui a ver: o que é que a escola fez para melhorar aquelas pessoas.

**É positivo termos tantas pessoas no Ensino Superior quando depois vamos a ver e é um ensino superior resultante de licenciaturas que nem percebemos muito bem o que são, não percebemos muito bem que propósito ou profissão servem, que parecem altamente indiferenciadas?**

Deixa-me responder-lhe a isso assim: eu defendo – não sei se alguma vez será possível – um contexto em que as pessoas desde que tenham uma nota positiva devem poder aceder mais ou menos ao curso que querem. Pode dizer: “não podemos ser todos médicos, não podemos ser todos juristas”, claro que não, tem de haver uma seleção. Mas temos de fazer alguma coisa para contrariar esta ideia de que há 3, 4 ou 5 cursos de excelência onde ninguém entra com uma nota inferior a 18, medicina à cabeça, mas não só. E que ao mesmo tempo fazemos aumentar exponencialmente – e, ainda bem - o número de pessoas com a licenciatura à custa de cursos que não são esses. A minha resposta é: eu vejo a qualificação sempre como uma coisa positiva, mesmo que se diga: “mas depois essas pessoas não vão poder trabalhar no curso que tiraram, porque já não há necessidade de tanta gente nesse curso”. Na América, isso já acontece muitas

# D.

vezes. As pessoas têm um curso superior e depois já não trabalham naquela área. Mas é melhor ser qualificado. Também acho que se deve olhar mais para os ditos cursos de excelência e obrigar as faculdades a abrir mais vagas nesses cursos e não continuarmos aqui a aumentar o número de pessoas no ensino superior sempre à custa de cursos que não são esses.

**Os cursos de excelência não o são, também, pelo nível de excelência dos alunos que os frequentam, ou seja, o facto de ser tão difícil entrar nesses cursos não prepara e não garante que há uma valoração do curso e um empenho diferentes?**

Não. Vou-lhe ser franca. Respondo-lhe, firmemente, que não. É mesmo a minha intuição. Vou dizer-lhe porquê. Por 3 razões principais. Primeiro: porque quando nós estamos a escolher entre o 19,1 e o 18,9, é indiferente. Mas não é vir para o 10.

**Mas o meu ponto não é esse. É entre o 19 e o 12. São alunos muito diferentes.**

Eu sei. Eu quando digo isto, digo 15, 16 ou uma coisa razoável. Não sei se sabe, mas já houve quem defendesse que passássemos ao sorteio para algumas vagas – Michael Sandel, filósofo da meritocracia e da tirania do mérito. O que ele diz a uma certa altura é: escolher entre um 19,1 e um 19 não é muito diferente de um sorteio. Eu sei que isto é muito controverso, em abstrato, é mérito, porque é mais uma décima.

**Também acho que se deve olhar mais para os ditos cursos de excelência e obrigar as faculdades a abrir mais vagas nesses cursos e não continuarmos aqui a aumentar o número de pessoas no ensino superior sempre à custa de cursos que não são esses.**



# D.

**Devíamos ter um modelo mais americano? Por exemplo, que valoriza outras componentes extracurriculares.**

O modelo anglo-saxónico de acesso ao ensino superior é muito interessante. Percebo que ainda não estamos na posição para o conseguir implementar. Um sistema que valoriza a carta de motivação que os jovens escrevem, em que se valoriza o que ele já fez, também exige muito cuidado. Se nós valorizamos coisas que a escola não dá, estamos a valorizar quem tem acesso a esse mundo. Nós temos que valorizar aquilo que a escola dá, porque isso é igual para todos. Viajar com os pais, tendo conhecido uma série de países e uma série de realidades, depende da condição socioeconómica do aluno, não o seu mérito. Ter acesso ao *The Economist* ou ao *The Guardian*. O que a escola dá é igual para todos. O que a escola não dá, depende do *background*.

**Porque é tão importante o fim das propinas, em vez de optarmos por um modelo de taxa associada à capacidade económica?**

Concetualmente, porque é um serviço público universal e, portanto, como é universal, deve ser gratuito. Conceitualmente, pela mesma razão que eu posso mas não pago uma cirurgia no SNS. No plano prático, porque temo muito — e curiosamente já falámos disso — que no dia em que isso fosse assim o limite que se pusesse fosse tão baixo para ter isenção que estávamos como eu há bocado referia a ação social. Acho que são estas as duas razões principais.

**Um dos temas da semana em que conversámos foi...**

A nova Lei do Tabaco.

**(...) eu não fumo, mas se fumasse, queria que me deixassem (...).**

**Não lhe faz impressão?**

Faz. Tudo o que seja (digo-lhe assim, sem nenhum problema) para proteger terceiros, que não fumam ou o que possam ser afetados pelo meu hábito (não tenho, porque nunca fumei), de quem fuma, deve ser implementado. Sou totalmente a favor de se proibir fumar em lugares fechados, fumar em restaurantes fechados... totalmente a favor. Antigamente, era horrível; eu tenho 50 anos, sou do tempo em que tudo ficava a cheirar a tabaco, fumava-se à conta dos outros. Absolutamente. O que o Estado não tem, na minha ótica, o direito de fazer é de nos proteger de nós próprios. Tem o direito de me proteger do tabaco do meu colega do lado que fuma, não tem o direito de me proteger do tabaco que eu decido fumar. E é um bocadinho isso que o Estado está a tentar fazer, de certa forma. Não poder fumar, ao ar livre, à porta de um serviço público, porquê? Por ser serviço público?

**Há uma certa higienização social. Não querendo cair numa falácia de bola de neve, havendo muita coisa que faz mal à saúde... que destino terão as batatas fritas?**

Eu costumo dizer, eu não fumo, mas se fumasse, queria que me deixassem fumar; eu gosto de comer batatas fritas; gosto de beber álcool de vez em quando. E, atenção, quando falamos do álcool...

# D.

Portugal é o país europeu que consome mais vinho *per capita*. E o álcool tem uma repercussão social que o tabaco não tem...

Sim, porque altera o meu comportamento, coisa que o tabaco não faz.

A lei seca, por sua vez, não só foi um fracasso, como permitiu o consumo ilícito, mais agressivo e nos submundos desprotegidos de direitos e deveres...

Porque é que eu posso proibir alguém de entrar num avião, se estiver embriagado? Porque pode fazer descatos dentro do avião; estou a proteger o avião e os outros, não o estou a proteger da cirrose.

**O debate parlamentar desta proposta promete ser vivo! No mesmo Parlamento que enfrenta novos desafios. As sanções aplicadas a um partido, pelo Senhor Presidente de Assembleia da República, abrem portas perigosas e difíceis de voltar a fechar com as perdas de mandato, com o tirar a palavra, com a proibição de participar em viagens internacionais?**

Isso é um bocadinho diferente, porque não são as viagens oficiais da Assembleia, são aquelas porque têm o convite pessoal do Presidente da Assembleia da República. Dir-lhe-ei o seguinte: o gelo aí é tão fino que entre correr o risco de violar liberdades parlamentares, liberdade de expressão, liberdade de manifestação, designadamente, de deputados e o deixar continuar, às vezes, a serem desagradáveis e insultar-me, prefiro a segunda. O ideal é o equilíbrio.

**É inevitável recordar o que se passa nos EUA, com os republicanos maioritários a expulsar eleitos, nomeadamente, deputados democratas.**

Eu, como digo, prefiro 10 culpados cá fora do que 1 inocente preso. Aqui é um pouco a mesma coisa, ou seja: o ideal é encontrar uma solução para as situações que, evidentemente, extrapolem o que é a liberdade de expressão, etc. Na dúvida, não fazemos mal.

**E que tal o modelo alemão, uma multa por atos de desordem, como os que se sucederam na visita de Lula da Silva? Do ponto de vista do maquiavelismo político parece-me perfeito: não é visível, não põe em causa a liberdade, o Chega defende a redução do salário dos deputados e, já agora, também não me parece que seja tão bom para um *tweet* dizer “multaram-me em 1.000€ dos 3.000€ que recebo”.**

Parece-me uma ideia interessante.

**Como diz Daniel Oliveira, com quem também fez uma entrevista muito boa, estamos a chegar a um ponto em que somos mais benévolos com aqueles que não cumprem as regras do que com aqueles que sempre as cumpriram? Não estamos a criar regras diferentes para eles, a partir do momento em que nos inibimos de agir, na expectativa de não acicatar a turba?**

# D.



Nós não estamos a aceitar porque estamos a discutir o tema. O Senhor Presidente da Assembleia da República colocou a questão na Conferência de Líderes e tem estado a ser discutido. O receio é chegarmos a um ponto em que o equilíbrio é tão difícil, tão difícil, que em certas situações (que são manifestas, para lá do aceitável), a tolerância, que é típica da Democracia, diz “*deixa-te lá ficar, apesar de estares, provavelmente, a fazer mal*”.

**Por princípio — e este argumento foi utilizado para as acusações a Donald Trump — a Justiça, para proteger a credibilidade das instituições, deve permitir ou aceitar a impunidade de determinados protagonistas políticos?**

Não há nada que dê mais jeito a um populista do que ter um Primeiro Ministro condenado, mas se tiver que ser, é. O que temos é de garantir que aquele ex-Primeiro Ministro tem as mesmas condições, as mesmas garantias e direitos, nem mais nem menos, e que não há castigos exemplares. Castigos justos, mas não exemplares, porque cada um de nós é um ser e não um exemplo.

**Não há nada que dê mais jeito a um populista do que ter um Primeiro Ministro condenado, mas se tiver que ser, é.**

# D.



## O IMPACTO TRANSFORMADOR DA TECNOLOGIA NA NEGOCIAÇÃO EMPRESARIAL

**A**s tecnologias de informação (TI) têm um impacto significativo na negociação, alterando os processos e abordagens utilizados pelas empresas. As TI proporcionam o acesso rápido e fácil a informações relevantes, permitindo que as empresas tomem decisões mais informadas durante as negociações em que estão envolvidas.

**As TI proporcionam o acesso rápido e fácil a informações relevantes, permitindo que as empresas tomem decisões mais informadas durante as negociações em que estão envolvidas.**

As TI oferecem a possibilidade de recolher e analisar dados sobre as preferências e comportamentos de consumo dos clientes, o que possibilita uma melhor compreensão das necessidades e desejos dos clientes, possibilitando que as empresas personalizem as suas ofertas e estratégias de negociação. No caso dos fornecedores, as TI permitem a monitorização de diversos aspetos, como a qualidade dos produtos, prazos de entrega, histórico de relacionamento e preços praticados, o que poderá garantir condições favoráveis durante as negociações de contratos de fornecimento e o estabelecimento de parcerias sólidas.

No caso do estabelecimento de inclusão em projetos desenvolvidos por redes de cooperação, as TI facilitam a comunicação e a colaboração em tempo real. Através de ferramentas como videoconferências, partilha de documentos e plataformas de gestão de projetos, as empresas podem negociar acordos, definir responsabilidades e acompanhar o progresso dos projetos de forma eficiente.

Em resumo, as TI desempenham um papel crucial na negociação, fornecendo informações relevantes e auxiliando as empresas na personalização de ofertas, estabelecimento de parcerias e compreensão do mercado, o que permite uma abordagem mais estratégica e eficaz durante as negociações, ajudando as empresas a obterem resultados mais positivos.

**Pedro Mota Veiga**

PROFESSOR AUXILIAR CONVIDADO DA CATÓLICA EM VISEU

# D.



## O PAPEL DE ELON MUSK

POR GUILHERME SANTOS

A preponderância de Elon Musk no contexto socioeconómico mundial é incontestável. Fale-se da *net worth*, fale-se da imagem construída em seu redor e o impacto que tem a sua *persona*, a verdade é que conjeturar sobre o mundo atual, virtual ou físico, sem falar da presença de Musk é um ato temerário. Isto porque não falar daquele que é, provavelmente, um dos homens do momento, é correr o risco de ter uma opinião irrelevante ou, se se quiser, vazia de importância.

O jogo de xadrez que Musk tem feito contra uma certa corrente político-social do “politicamente correto” já data de algum tempo, e Musk jogou a sua mais recente jogada através da compra do Twitter, tendo-se tornado o seu novo CEO, e rapidamente revolucionou a rede social. Despediu executivos de topo, dispensou mais de metade do pessoal da empresa, criou um conselho de moderação de conteúdo e reformulou o serviço de subscrição da plataforma.

# D.

**O jogo de xadrez que Musk tem feito contra uma certa corrente político-social do “politicamente correto” já data de algum tempo, e Musk jogou a sua mais recente jogada através da compra do Twitter.**

A busca pelo retorno financeiro é a configuração de um gestor-modelo ou foram rebentadas balizas éticas? Musk não ficou por aqui, qual Revolução de Abril. Com o mote da liberdade de expressão, o paladino do *free-speech* perguntou aos utilizadores do Twitter se devia fazer regressar Donald Trump à plataforma, outrora banido, e a resposta foi positiva. Dito e feito, o jogo de xadrez prossegue.

O controlo da informação é o petróleo dos dias de hoje e a verdade é que tal posse acarreta, por si mesma, quantidades de poder imensuráveis. Surge, naturalmente, mais uma questão: terá Musk responsabilidades éticas que transcendem a mera transparência processual, ou deverá haver uma lei internacional que limite a sua atuação de modo mais incisivo? A resposta está longe de ser perentória. Se é verdade que o investidor privado tem direito à liberdade de ação, também é verdade que este tem de respeitar determinadas condutas morais. A não manipulação do tipo de informação (e desinformação) que chega à tela dos internautas é um exemplo disso mesmo.

**O controlo da informação é o petróleo dos dias de hoje e a verdade é que tal posse acarreta, por si mesma, quantidades de poder imensuráveis.**

Mas é disto que Musk é feito. Tem a sua luta - tornar o Twitter a “fonte de informação mais fidedigna do mundo”, - e utiliza aquilo que são as armas a que tem acesso para ganhar metros em relação à corrente do politicamente correto, qual Guerra de Trincheiras. Bem ou mal, a verdade é que a liberdade de expressão é isso mesmo: o direito de qualquer um a manifestar, livremente, opiniões e ideias sem medo de retaliação e censura. O Twitter pré-Musk, estando na plenitude aparente da liberdade de ação privada, determinou o silenciamento de determinados agentes políticos, mas a

verdade é que a uma rede social deste tamanho, como já referi, está associada uma responsabilidade que transcende a de qualquer um de nós, comuns mortais. Não cabe a quem controla a informação a imposição de uma corrente de pensamento socialmente mais aceite. Cabe o respeito pelos direitos humanos básicos naquilo que é o conteúdo que dispõe, mas não mais do que isso. Não está em causa qual a corrente de pensamento mais certa ou próxima da realidade, mas antes a subsistência daquele que é um direito que por muito lutamos.

**Mas é disto que Musk é feito. Tem a sua luta - tornar o Twitter a “fonte de informação mais fidedigna do mundo”, - e utiliza aquilo que são as armas a que tem acesso para ganhar metros em relação à corrente do politicamente correto, qual Guerra de Trincheiras.**

# D.

Não acredito no silenciamento, não acredito na diabolização de certas forças por conveniência política, mas acredito naquela que é a nossa maior arma enquanto democratas: a liberdade de expressão em si mesma. Prego que a democracia é autossuficiente e defende-se de si mesma com a mesma liberdade de expressão pela qual nasceu. Não com imposição de ideias e correntes, segundo alguns, moralmente superiores a outras mais tradicionais. Não sei qual a corrente ideal, mas o papel de Musk também não é esse. Longe de ser um gestor-modelo aos meus olhos, mas com uma luta digna de ser levada avante. Longe de ser o protótipo de agente político ideal, mas moralmente também não considero ter de o ser.

**Prego que a democracia é autossuficiente e defende-se de si mesma com a mesma liberdade de expressão pela qual nasceu.**

Numa época em que a polarização do espectro político está cada vez mais evidente, o novo dono do Twitter tudo deverá fazer, sem agendas de eliminação de ideias politicamente opostas, para impedir que a maior arma dos democratas se torne, por fim, impotente.

**Guilherme Santos**

ALUNO DE DIREITO E GESTÃO DA CATÓLICA NO PORTO



D.

# RUI PATRÍCIO

---

DEPENDER  
DA BONDADE  
DE ESTRANHOS

Nuno Brochado de Agarez  
DIRETOR NACIONAL DO JORNAL DIURNA.



# D.

## RUI PATRÍCIO

Rui Patrício, uma das mentes mais brilhantes e um orador ímpar nos Tribunais portugueses, munido de uma ferramenta que acarinha — a ironia — publicou para a posterioridade e para reflexão um conjunto de textos sobre a Justiça em Portugal... e outros temas quase tão sumarentos.

*Depender da Bondade de Estranhos*, esse livro devorado duas vezes por aquele que vos escreve e que serviu de inspiração a um artigo da Edição de Março do Diurna., foi o mote para uma conversa — que se queria séria e com substância — sobre a Justiça.

Se fomos bem sucedidos nesta descoberta que rumo contra a corrente dos nossos dias, isso caberá à bondade do leitor julgar.

### *O que é ser advogado?*

*Ser chamado a ajudar na resolução de um problema que alguém tem.*

*Aliás, essa é a sua raiz etimológica: “o que é chamado”. Isso tem de ser levado muito a sério. É chamado pela sua expertise, que não é só jurídica, a ajudar a resolver um problema dentro do que é o quadro legal.*

**O** que precisa de compreender desse problema e da pessoa que tem esse problema para aceitar advogar pela causa?

Preciso de compreender tudo. Tudo o que está ao meu alcance compreender. Isso depende essencialmente de duas coisas: depende do que o cliente está disposto a partilhar comigo (devo fazer todo o possível para ele partilhar o mais possível) e depende depois das minhas capacidades, não só de compreensão, mas também da minha disponibilidade e do meu empenho relativamente a essa compreensão. O momento de encontro entre o advogado e o

# D.

cliente, em que partilham entre si, é um momento determinante para aquilo que é depois o percurso do advogado no patrocínio. É um primeiro encontro definidor não só dos pressupostos da relação entre eles, mas também de como essa relação se vai desenrolar e projetar para fora.

## **Preciso de compreender tudo.**

**De quem começou a advocacia num outro tempo da mesma, que qualidades e defeitos associa ao que chama no seu livro de geração Z?**

Coisas mais positivas: grande capacidade de adaptação, grande curiosidade e abertura ao mundo e à vida, acentuada rapidez de pensamento e capacidade de lidar com várias coisas ao mesmo tempo e uma consciência muito forte e muito à flor da pele de causas ou temas que são verdadeiramente importantes. À flor da pele tem uma vertente positiva e negativa. A vertente positiva é que ela manifesta-se com mais facilidade e quando é preciso. Aspectos negativos: uma certa incapacidade de sacrifício, ou seja, uma busca por um sentimento de satisfação e de realização rápido e quase constante, como se a vida fosse compatível com apenas ou maioritariamente com situações satisfatórias, prazerosas, realizadoras... isto tem como consequência uma reação às vezes muito marcada a coisas menos boas, a necessidades, a frustrações, a sacrifícios. Aliada a uma característica da juventude que é ter muitas certezas, faz com que haja uma reação muito epidérmica, precipitada, demasiado intensa. Terceira coisa negativa: um certo radicalismo, uma certa propensão para achar que o entendimento que se propugna é o certo. Mais do que isso, uma propensão para desvalorizar e amesquinhar o entendimento oposto. Curiosamente, a geração atual, reivindicando-se e tendo consciência de valores como a tolerância, o respeito, a inclusão, a empatia, a eliminação de fatores de ofensa, é ao mesmo tempo um bocadinho intolerante, demasiado radical.

**Curiosamente, a geração atual, reivindicando-se e tendo consciência de valores como a tolerância, o respeito, a inclusão, a empatia, a eliminação de fatores de ofensa, é ao mesmo tempo um bocadinho intolerante, demasiado radical.**

**A justiça está ao acesso de todos?**

Na ótica do espectador ou do utilizador? Na ótica do espectador, não, porque o sentimento geral é de que não. Na ótica do utilizador, é a importante questão do acesso à justiça. A resposta é sim e não. Vou tentar que não pareça resposta de advogado ou político, vou tentar explicar porquê o sim e porquê o não. Do ponto de vista legal, sim. Do ponto de vista dos mecanismos que a lei prevê e que tenta de alguma forma concretizar, todos têm a possibilidade de aceder à justiça. Existem isenção de custas, mitigação de custas e apoio judiciário. (Embora o Estado, que é quem paga, demore tanto tempo a pagar aos advogados que fazem apoio judiciário, que são eles que estão a financiar a justiça porque trabalham temporariamente de

# D.

graça ...). Portanto, deste ponto de vista, a resposta é “sim”, mas também é “não”. E é “não” por duas razões. Primeira razão: porque nós podemos questionarmo-nos se o apoio judiciário funciona sempre bem, isto é, se o modo como funciona, se os recursos e todos os profissionais que estão disponíveis, se aquilo que o Estado paga, o tempo em que paga e o modo como paga são suficientemente propiciadores de um apoio judiciário bem feito. Segunda razão pela qual a resposta é “sim” e também é “não”: não tenhamos ilusões, a justiça está ao acesso de todos, a justiça é igual para todos do ponto de vista daquilo que são os princípios do sistema, mas como é evidente — e quem disser o contrário ou está distraído ou é hipócrita mais do que q.b. — quem tem mais meios tem, à partida, mais possibilidades porque pode recorrer a profissionais, que sendo mais custosos, se presume que são melhores. E não é apenas advogados, embora seja principalmente. Precisa de um perito, precisa de um tradutor, precisa de um auxiliar técnico, precisa de mobilizar recursos para recorrer a outras jurisdições para encontrar documentos ou meios de provas, ou o que for. Quem tem mais meios, à partida, tem possibilidade de satisfazer melhor isso. Mas isso não é diferente do que se passa na saúde, do que se passa na educação, do que se passa em tudo na vida.

## **(...) a justiça deve ser escrutinada.**

Numa sociedade democrática ou verdadeiramente democrática, qual é o escrutínio digno sobre o qual deve estar a justiça?

Isso dá para fazer 18 teses de doutoramento e 28 mil entrevistas.

Faço-lhe as subperguntas, então, para ajudar. Numa era de atenção à privacidade, o que é que deve ser reservado para ser justo e o que, pelo contrário, tem de ser público para ser justo?



# D.

Primeira afirmação que eu quero fazer: a justiça deve ser escrutinada. Uma ideia de que a justiça se acoberta pela natureza delicada ou misteriosa da sua função atrás de um manto de recato, não subscrevo. Deve ser escrutinada, claro. Deve ser, aliás, muito escrutinada, porque é uma das funções do Estado mais importantes.

**E deve ser pública, por exemplo, ao ponto de imitar os modelos americanos em que os julgamentos são televisivos?**

Não. Temos de ver o que esse escrutínio significa. Esse escrutínio em que é que se traduz? Porque esta coisa de nós afirmarmos uma ideia, depois temos de densificar os conceitos. E ela deve ser escrutinada, sem dúvida. O que é que significa ser escrutinada? Significa que a população deve conhecer bem duas coisas. Primeira coisa: os traços do sistema, como é que o sistema funciona, como é que o sistema é, como é que o sistema opera. E isto vai desde o processo legislativo, que é o início do sistema, até ao mundo dos tribunais, ao mundo de outras instâncias formais de controlo, ao mundo do que for. Portanto, é preciso que seja acessível a compreensão dos pilares destes mecanismos. Acessível para depois ser discutido e poder ser tomado em conta naquilo que é o debate político na *pólis*. Segundo ponto: naquela vertente do sistema de justiça mais importante, mais nobre, onde desagua mais a soberania, que é o funcionamento dos tribunais, também deve haver escrutínio. Esse escrutínio faz-se através, desde logo, da publicidade, agora não me estou a referir à publicidade no sentido do espetáculo diário, mas da possibilidade de a população assistir aos julgamentos públicos, à porta aberta.

**E devem ser públicos e à porta aberta?**

Devem ser públicos e à porta aberta. Salvo situações em que haja motivos ponderosos de reserva dos envolvidos que, nesse caso, justifiquem que a publicidade ceda em homenagem à proteção dessa reserva, e isso está previsto na lei.

**É uma certa noção de sobriedade que implica a diferença entre assistir aos julgamentos ao vivo ou assistir aos julgamentos pela televisão, em *live feed*?**

Naturalmente, há processos que, ou pelo que está em causa ou por aquilo que representam em termos do funcionamento do sistema, merecem e exigem mais atenção pública. Porque, numa sociedade como é a nossa, onde a informação tem um papel fundamental, não podemos esperar que a mera possibilidade de as audiências de julgamento serem abertas ao público chega para satisfazer a ideia de publicidade. Agora, uma coisa é a informação, outra coisa é ultrapassar aquilo que são as fronteiras entre a informação e o espetáculo e o entretenimento. E eu gostaria, e quando eu digo gostaria já estou a pressupor que é isso, na minha opinião, que não acontece na prática, que ficássemos pela informação. E que não passássemos a barreira do entretenimento e a barreira do espetáculo. E também gostaria que, nessa informação, as coisas fossem, dentro do possível, transmitidas com rigor, transmitidas com seriedade. E isso implicava que todos os envolvidos, incluindo os jornalistas, mas não apenas os jornalistas e

# D.

também os profissionais forenses, tivessem disponibilidade, consciência e desassombro para contribuir também para uma informação séria; e, muitas vezes, não contribuem, ou porque julgam que vivem no século XIX, em que não era preciso lidar com a sociedade de informação ou porque aproveitam e manipulam mais do que aquilo que deviam. Depois os senhores jornalistas, muitos deles, também aqui não gosto de generalizações, muitas vezes, não fazem suficiente trabalho de casa, ou, muitas vezes, não conseguem resistir ao apelo, que é um apelo muito do nosso tempo, de passar a fronteira para o entretenimento e para o espetáculo. A fronteira, hoje em dia, entre a informação e o entretenimento é uma fronteira muito ténue.

**Como é que se pode ser pedagógico? Como é que alguém como eu, da minha geração, novíssimo, sem experiência nenhuma de vida, pode tentar explicar aos incautos que entram em redutos de conversas de café que talvez faça sentido ponderarmos o porquê das garantias, o papel que o processo penal deve ter, porque é que a instrução é importante, porque é que os advogados não estão necessariamente a empatar os processos? Como se desconstroem notícias falaciosas do estilo “191 políticos arguidos”, como se explica que a condição de arguido não é o mesmo que ter sido acusado e não é o mesmo que ter sido condenado, etc. Como se faz essa pedagogia?**

Faz-se tentando explicar os princípios e os conceitos de uma forma clara, incluindo nessa explicação não apenas aquilo que eles são, mas a razão pela qual são o que são. É muito importante que quando se tenta fazer pedagogia se explique a causa das coisas e não apenas as coisas em si.

## **A motivação histórica.**

Isso. Toda a razão de ser. Ir ao osso da coisa. Por exemplo, é completamente diferente explicar e dizer a presunção da inocência traduz-se em, ou dizer a presunção da

inocência traduz-se em e a razão de ser de haver presunção da inocência é esta, porque isso faz com que haja a possibilidade de quem nos ouve despertar para a causa das coisas, e se nós percebermos as causas das coisas, podemos perceber melhor a bondade que lhe está subjacente. Este é o grande segredo de tentar passar bem a mensagem. Isto é uma coisa muito importante na pedagogia porta-a-porta, na pedagogia que se faz na rua ao despertar nas pessoas a disponibilidade para se colocarem no lugar do outro, que é uma coisa que falta muito à espécie humana e que falta, sobretudo, no nosso tempo.

**E quanto menos garantias tivermos, mais provável é que nos aconteça.**

É verdade. É um bocadinho aquele poema do pastor luterano, que depois o Brecht adaptou, que diz — vou agora adaptar para mim — um dia vieram e levaram os cabeludos (é um bom exemplo, porque eu sou careca), eu não era cabeludo, não me preocupei. Um dia vieram e levaram os gordos, eu não era gordo e não me preocupei. Um dia vieram e levaram os baixos, eu não era baixo, não me preocupei. Outro dia, vieram e levaram os de bigode, eu não tinha bigode e não me preocupei. E depois levaram-me a mim.

# D.

E já não havia ninguém para se preocupar...

Escreve a certa altura no seu livro, ainda a propósito das garantias e dos excessos, que não há excessos, no sentido em que não há garantia a mais. Há mau uso das garantias.

Às vezes, há mau uso, sim.

**(...) despertar nas pessoas a disponibilidade para se colocarem no lugar do outro, que é uma coisa que falta muito à espécie humana e que falta, sobretudo, no nosso tempo.**

Faz parte do “jogo” ou é possível sindicá-lo contra este mau uso das garantias, ou seja, quem é que deve tutelar o mau uso das garantias e impedi-lo?

Claro que há mau uso das garantias. Viveríamos numa sociedade do livro do Thomas More, se não houvesse mau uso das garantias. Há mau uso de tudo, é da natureza humana. As garantias são como as facas de cozinha, tanto servem para descascar batatas, para fazer o jantar, que é uma coisa boa e útil, como servem para esfaquear o cônjuge, que é uma coisa má. Portanto, as garantias estão muito bem na lei, na minha opinião, se têm algum problema é de défice e não de excesso, não me canso de dizer. Mas há quem as use mal, sim. Como é que se resolve esse problema? De três formas conjugadas e cumulativas. Primeira, com autoconsciência e autocontenção, sobretudo dos advogados, que têm obrigação de pensar não duas mas três ou quatro vezes antes de fazerem as coisas. Segundo ponto: ao nível das instâncias formais de controlo, nos processos. Há mecanismos para sindicá-lo esse mau uso. Isto é, há mecanismos processuais para, não só, assinalar o mau uso das garantias, como para tirar consequências. A litigância de má-fé do próprio profissional, por exemplo. Em terceiro lugar, a própria comunicação social: contam-se pelos dedos de uma mão, e ainda sobram, os casos em que vimos em público apontar verdadeiramente o dedo, concretizando com nomes, com casos e com episódios processuais o mau uso das garantias, vê-se muito mais facilmente o clichê, a generalização sobre o excesso de garantias, mas não vemos “neste caso concreto esta pessoa fez isto e isto é claramente um mau uso das garantias, por isto”. Vemos isto muito poucas vezes.

**As garantias são como as facas de cozinha, tanto servem para descascar batatas, para fazer o jantar, que é uma coisa boa e útil, como servem para esfaquear o cônjuge, que é uma coisa má.**

Se as garantias não são a principal causa da demora dos processos, qual é então?

Há mais do que uma. Ritualismo, eu acho que o processo tem de ser ritualizado, mas ainda é demasiado, vivemos no século XXI, mas ainda no paradigma do século XIX. É tudo muito formal.

# D.

**Mas não é um elemento de segurança?**

É, mas é como tudo na vida, como dizia a minha avó, que era pouco escolarizada, mas tinha a experiência da vida: o que é demais empata a loja. É preciso não cair no exagero e sobretudo irmo-nos adaptando às circunstâncias, sem perder os princípios e sem perder a segurança.

**É preciso não cair no exagero e sobretudo irmo-nos adaptando às circunstâncias (...).**

**O que imagino quando fala de ritualismo é um certo protocolo. É a isso que se refere?**

Não. O protocolo está muito bem! Quando falo de ritualismo refiro-me à tramitação processual. Outra razão prende-se com o facto de ser preciso perceber onde é que as coisas são patologicamente lentas. Porque as coisas não são patologicamente lentas em todos os casos. Há áreas onde a justiça não opera com demora patológica. Opera com demora. Mas para isso é preciso ver quanto tempo é preciso para a justiça funcionar. Na generalidade dos processos cíveis, as coisas não funcionam com demora patológica. Há casos com causas concretas, mas é como tudo na vida. Se compararmos com quando comecei, há 30 anos, estamos a anos-luz. Numa fatia muito significativa dos processos-crime, as coisas não funcionam com demora patológica. Onde é que isto acontece? Ouve-se dizer, porque eu não trabalho nessas áreas, na jurisdição administrativa e fiscal. E, depois, também nos chamados “megaprocessos”.

**Esses são “mega” por definição.**

Claro. E é isso que me irrita profundamente, não no sentido emocional, mas no sentido intelectual. Ouço “os megaprocessos demoram muito tempo e é inadmissível que demore este tempo todo, aquilo envolve gajos ricos com advogados com preparação e conhecimento, que passam a vida a empatar isto”. Das duas, uma. Ou esta pessoa não conhece a realidade ou, mais grave do que isso, conhece a realidade e isto é, como se diria no Brasil, conversa para boi dormir. Sendo certo que é uma conversa para boi dormir, e tendo em conta a responsabilidade destas pessoas, isto tem consequências incendiárias na sociedade, que é gravíssimo. Um megaprocessos está 12 anos em inquérito. Não se pode estar à espera que de repente venha um camião TIR para cima de mim e eu resolva o problema do camião TIR em 10 minutos. Estão a brincar comigo? Então vamos assumir que as coisas são como são e que quem faz os processos goza do dogma da infalibilidade papal.

**Há uns largos anos, o falecido advogado João Araújo fazia um cálculo para saber o tempo de que precisava para ler o processo Marquês: assumindo que lia 10 páginas por cada 10 minutos e que tinha de ouvir os áudios todos, em modo acelerado, só para conhecer o processo, já levava mais tempo que aquele que tinha para avançar, isso ficou-me marcado.**

Tinha toda a razão o Dr. Araújo. Se pecou nessa contagem, foi por defeito. Já estava a admitir que os advogados, sobretudo na perspetiva da defesa, são os únicos que têm prazos.

# D.

**Para uma maior eficácia dos juizes, podíamos, por exemplo, recorrer ao modelo dos assessores do juiz, os *clerks*, como existe no sistema americano?**

A resposta é muito clara e muito simples: sim.

**Consegue ter empatia e pôr-se no lugar do juiz quando critica o *copy-paste* entre decisões e fundamentações, talvez, pelo volume de trabalho?**

Há formas de o fazer sem o *copy-paste*. Tento ter empatia e pôr-me no lugar do juiz, mas também não tanto que aceite o *copy-paste*. É possível fazê-lo com duas coisas: trabalho e seriedade/coragem. Sangue, suor e lágrimas e seriedade no sentido intelectual de fazer as coisas como deve ser e coragem para enfrentar a voz da turba. O juiz, por definição, tem de ter coragem.

**As características de acesso à magistratura deviam ser diferentes? Formalmente, para se ser juiz, é preciso completar-se mestrado numa área do Direito, fazer as provas do CEJ... Se não estou enganado, pode ser-se juiz perto dos 28 anos?**

Sim, por aí.

**Acha que deviam ser exigidas outras mundividências ou estou a ser demasiado filosófico?**

Vou ser franco: não tenho resposta para isso, não tenho suficiente conhecimento da formação dada no CEJ para lhe poder responder se acho que é suficiente ou não é suficiente. Dito isto, é verdade que a experiência de vida é uma coisa que nos ajuda a todos. Não antipatizo, à partida, com a ideia de que para se chegar a certos lugares, é preciso adquirir uma certa experiência. O sistema também já garante que o juiz só vai acedendo a certos casos com uma certa experiência... há um certo equilíbrio.

**Arrepia-o o conceito de tribunais especializados? Lembra-o tempos menos democráticos? Ou seja, tribunais cujos magistrados estão especificamente dedicados, por exemplo, à criminalidade económica...**

Arrepia-me zero. Devo-lhe dizer que me custa perceber os argumentos contra os tribunais especializados. É extraordinário que uma pessoa ache péssimo tribunais de criminalidade económica no sentido amplo. Já há tribunais especializados, desde logo a divisão de jurisdições como a Administrativa e Fiscal, Civil, Comércio... A mim, o que me importa são as regras de funcionamento e como é a seleção dos juizes, que hoje é feita por computador. Não podemos viver na teoria da conspiração de que tudo é manipulável, por exemplo em relação aos computadores. E depois também me importa como é feita a sua movimentação e a sua disciplina, de resto quero lá saber se é especializado em criminalidade económica.

**O que se ganha e o que se perde com os megaprocessos?**

# D.

Os megaprocessos existem... A primeira razão da sua existência é a razão legal, porque nós vivemos governados por um princípio de legalidade e regras de conexão. Temos uma matriz que nos diz que, primeiro, investiga-se tudo. E, depois, impera a regra da conexão quando há uma espécie de relação entre as coisas. Relação que pode não ser entre as matérias, mas pode ser entre os envolvidos. Esta base legal faz com que haja uma propensão para investigar muito e juntar tudo. A isto se soma, ainda dentro da primeira causa, uma certa interpretação excessiva, porque também há regras de separação. Isto é, o Código tem regras de conexão, mas também tem regras de separação. E essas regras de separação raramente são usadas.

**Há uma demonstração de grandeza e heroísmo dos procuradores, que querem um certo protagonismo social que não teriam de outra forma?**

Num caso ou noutro poderá ser, mas não é essa a razão principal. A razão principal é a de que os megaprocessos têm um efeito de esmagamento e, portanto, esse efeito de esmagamento confere força e grandeza ao processo. É uma espécie de complexo de Júlio César. É que neste caso Júlio César não é pessoa, mas é o processo. E, por outro lado, terceira razão, os megaprocessos por vezes dão jeito em termos de padrões de prova, porque se você tiver tudo junto, se tiver no mesmo processo 12 episódios e se a prova sobre o episódio 1, 4 e 6 for mais forte, mas sobre 2, 3 e 7 for menos forte, há um efeito de contaminação de padrões de prova e isso tem a sua utilidade.

**A razão principal é a de que os megaprocessos têm um efeito de esmagamento e, portanto, esse efeito de esmagamento confere força e grandeza ao processo.**



# D.

**E as designações de Código? Operação Marquês, Operação E-Toupeira... quem cria isto? Há uma central de *marketing* dentro da Procuradoria?**

Segundo sei, quem normalmente dá os nomes às operações são os órgãos de polícia criminal. A razão de ser, quase ancestral ou pelo menos antiga de dar nomes de código às operações, é facilitar a comunicação dentro das equipas de investigação sobre o processo. É mais fácil dizer operação *x* do que dizer o processo n.º 12000. Portanto, sejamos sérios no sentido de não alimentarmos a teoria da conspiração. Dito isto, é claro que numa sociedade comunicacional e dada ao espetáculo como a nossa, se juntou a fome à vontade de comer e aquilo que era um mecanismo comunicacional da investigação tomou uma dimensão de espetáculo: vem cá para fora, pela mesma razão que cá para fora vem tudo, inclusive coisas mais delicadas do que o nome da operação, como sejam aspetos do processo em segredo de justiça, diligências transmitidas em direto e todas as outras coisas que são próprias do funcionamento das coisas na sua vertente menos sã.

**Já descobriu muitas coisas sobre os processos em que estava envolvido pela televisão?**

Já descobri algumas coisas.

**Mostraram-se verdade ou a maioria eram falsas?**

Há de tudo. Sim, sim, já fui notificado pela televisão e pelos jornais; até já fui notificado de acusações por jornais, isto é, sendo eu o sujeito processual, a acusação apareceu

primeiro nos jornais do que me chegou a mim. Aliás, escrevi, para grande irritação dos Srs. Juízes Desembargadores que receberam o meu requerimento, com ironia: “Exmos. Juízes, tendo-se verificado o acrescento de uma alínea ao artigo do CPP que prevê as formas de notificação, a saber, notificação através da comunicação social, vinha respeitosamente solicitar a vossas excelências se se dignavam confirmar se é verdade que já foi produzida esta peça”.

**O que é que lhe responderam?**

Responderam-me “com os pés”, com uma certa acrimónia que eu também tinha usado, dizendo qualquer coisa como: “pese embora as brincadeiras do Sr. Advogado, envio-lhe a peça tal”. Em Portugal toda a gente viola o segredo de justiça, mas depois chega ao caso concreto e ninguém viola...

**Devíamos partir para uma justiça mais transacional, quase modelo americano.**

Na minha opinião, devíamos! Mas isso é um caminho que tem que ser muito bem pensado, com tempo, medido e ponderado. Tem questões muito complexas, muito delicadas. Como disse há pouco, *mon coeur balance* nesse sentido, mas pelo menos devíamos aprofundar umas coisas e fazer uma grande discussão nacional sobre esse tema.

**Em Portugal toda a gente viola o segredo de justiça, mas depois chega ao caso concreto e ninguém viola...**

# D.

**Acha que, como advogado, deveria ser recebido pelo Ministério Público, por exemplo?**

Claro, e todos devíamos contribuir para isso. Não é só dizer que os juízes e os procuradores se acantonaram e, em alguns casos, por boas razões, face ao muito escrutínio. Os advogados também não podem ter uma linguagem crispada de permanente combate e conflito, quer dizer, uma coisa é a lógica da crítica e da discussão e outra coisa é a lógica adversarial permanente. A mudança de mentalidades passa, em primeiro lugar, por nos sentarmos à mesa civilizadamente; tem de existir um princípio de confiança de uns nos outros e um princípio de decência. Em segundo lugar, a mudança de mentalidades passa por percebermos todos (os operadores judiciários, a comunicação social e os cidadãos em geral) que o tema da justiça não é uma brincadeira, nem é uma coisa para nos entretermos, à noite, entre as 20h20 e as 20h45, antes de ver a novela.

**A defesa faz-se em várias áreas e o dano não é só na justiça, mas sim na esfera pública.**

Os tribunais também têm de arranjar formas de comunicar. A procuradoria tem de encontrar formas melhores do que os comunicados em que ninguém percebe nada. A falta de comunicação e de comunicação clara, não só dá espaço para o espetáculo, como também dá espaço para os profissionais do achismo. Quer queiramos quer não, quer tenhamos ou não nostalgia do século XX, o assunto está na ordem do dia e vai continuar a estar. O que é que nós queremos? Que seja tratado como é, sem

intervenção séria e responsável de quem está envolvido no assunto e que seja deixado aos profissionais do comentário? Se queremos, tudo bem; mas eu não gostaria.

**Algum dia o ser humano vai conseguir olhar para a justiça como algo mais do que uma vingança e um castigo?**

Acho que sim. Eu não julgo que a espetacularização redunde numa perceção da justiça como um castigo; contribui para acentuar esse aspeto, mas se colocarmos de lado os processos que têm ressonância pública e pensarmos em todos os outros, em todos os outros o ser humano tem disponibilidade para pensar noutros fins do sistema para além da retribuição.

**Essa disponibilidade não se tem vindo a degradar?**

Tem, porque a imagem da justiça para o cidadão comum é a imagem dos processos que têm repercussão pública. Essa é uma das grandes causas para a justiça estar, em termos de perceção pública, pelas ruas da amargura: toma-se a parte pelo todo; as pessoas não conhecem os outros processos, só conhecem o que veem na televisão, em que, como diz o povo, ninguém vai preso, em que não acontece nada; a 1ª instância decide uma coisa e a relação decide outra e as pessoas ficam espantadíssimas. Imagine que eu não conheço a espécie humana, sou um extraterrestre, e aterro aqui pela primeira vez e o primeiro exemplar da espécie humana que me aparece é uma desgraça; ora, eu fico a achar que toda a espécie humana é uma desgraça. É este o problema de tomar a parte pelo todo.

# D.



**Uma pergunta de sim ou não: por definição, o Procurador Geral da República deve ser reconduzido ou deve ter um mandato só?**

Como princípio? Deve ter um mandato só, porque, por princípio, sou a favor da temporalidade dos cargos.

**Publicação e divulgação de *fake news* deve ser crime? Para proteger um hipotético bem jurídico-penal “verdade”.**

Por si só, se não puser em causa outro bem jurídico... isto é, pode haver uma *fake new* que atinge a honra ou a privacidade. Mas em si mesmo... usando a linguagem de penalista, se eu acho que a verdade é um bem jurídico digno e carente de tutela penal: não. Porque acho a verdade uma coisa importantíssima, mas acho que o Direito Penal é a última *ratio*, é a bomba atómica do Direito e, portanto, a violação da verdade, sem mais, só por si, não justifica a intervenção da bomba atómica. Já uma “bengalada no Chiado” ia bem nesses casos, aquela instituição dos livros do Eça de Queiroz com que se resolviam alguns assuntos...

**Já uma “bengalada no Chiado” ia bem nesses casos, aquela instituição dos livros do Eça de Queiroz com que se resolviam alguns assuntos...**

# D.

Na senda dos media e das redes sociais, que papel deviam ter os advogados, como o Dr., que estão envolvidos nos casos comentados nas notícias? Que espaços mediáticos e públicos deviam ter para defender os interesses dos seus clientes, para lá da barra do Tribunal?

Sim, deviam ter muito mais espaço. Claro, com contenção, com sobriedade, mas isso é como tudo na vida, mas não deviam ter um artigo no Estatuto que os limita fortemente e que, sobretudo, não devia ter uma interpretação canónica, no sentido restritivo – os advogados não devem falar; vivíamos bem era ali na viragem do século XIX para o século XX. E quem pensa que os advogados que vão à televisão querem é publicidade, porque gostam de aparecer e tudo mais, está enganado. E não percebe, salvo o devido respeito por opinião contrária, que a esfera pública, em certos processos, é muito importante.

Quando existem quebras de segredo de justiça, devemos sancionar os jornais?

Sim.

Na sequência: havendo quebras no segredo de justiça, e já que não há ninguém responsável, e que tal se for o próprio Estado, ou o jornal, a responsabilizar-se financeiramente pelos danos? Sim ou não?

Sim. Uma forma de parar não era, era uma forma de, talvez, conter. Mas o sim anterior, não só é convicto, como é bom que se diga que já resulta da lei, não é preciso mudar nada. A lei é clarinha. Pratica um crime de violação de segredo de justiça quem, independentemente de ter tomado contacto com o processo, divulga ato processual coberto por segredo.

Ou seja, os próprios jornais.

Indiscutivelmente.

Então porque é que não se avança?

Isso tem que perguntar a quem acusa e julga. Eu sou apenas um advogado.

Onde é que ficou a presunção de inocência quando rebentaram os escândalos dos potenciais abusadores sexuais na Igreja? Resistiu ou assistimos a uma brutal violação dessa presunção de inocência, quando se quiseram afastar os nomes dos acusados, com base, única e exclusivamente, em denúncias anónimas que não tinha fundamentação concreta?

Onde é que fica a presunção de inocência, nesses casos em que... fica no cemitério do Alto de S. João.

**Onde é que fica a presunção de inocência, nesses casos em que... fica no cemitério do Alto de S. João.**

# D.

**A solução devia, ou podia, ter sido outra?**

Acho que não, mas isso não me impede de reconhecer que fica no cemitério do Alto de S. João. Vamos lá ver, a presunção de inocência é uma coisa que existe não existindo. A presunção da inocência é contranatura, no sentido em que não estamos predispostos a presumir a inocência. Estamos antes naturalmente predispostos a presumir a culpa. É por isso que o legislador sentiu a necessidade (seja o legislador constitucional, seja o legislador ordinário) de instituir um comando, dizendo “vós, que estais predispostos a presumir a culpa, deveis presumir a inocência” – e é esta a razão de ser da presunção da inocência. Agora, no caso concreto, nos casos concretos, a partir do momento em que nós tomamos conhecimento de certas coisas, não há comando que nos valha. A questão é saber como é que se conjuga isso. Portanto, pergunta-me: onde é que ficou a presunção de inocência? Eu digo, no cemitério do Alto de S. João. Podia ter sido feito de forma diferente? Possivelmente não.

**O mesmo com o resto dos movimentos de justiça popular como o Me Too? Aplica-se a mesma lógica?**

É diferente. O Me Too é uma coisa inorgânica, informal, que não tem uma comissão, um procedimento. A consequência é a mesma, mas é mais rápida, mais radical e mais destituída de cuidados. Porque, quer dizer, vai tudo à frente. E vai tudo à frente muito rapidamente.

**(...) vai tudo à frente muito rapidamente.**

**Com o apoio dos media?**

Claro. Meu caro amigo, tudo o que é picante... é da natureza das coisas.

**Peço-lhe uma posição de princípio: um político constituído arguido deve ou não se demitir?**

Não.

**Muito bem. E se não abandona o cargo, é legítimo que se torne alvo de discussão política?**

Sim.

**E como se compatibiliza a permanência no cargo com a responsabilidade política?**

Pode perfeitamente ficar no cargo ou pode perfeitamente sair do cargo. A bem do que for. Quando eu respondi “não” à sua primeira pergunta, é um não no sentido em que não vejo nenhuma regra... jurídica não há... mas não vejo nenhuma regra de convivência, de sanidade política, nenhuma regra ética que faça com que deva ser consequência necessária da constituição de arguido abandonar um cargo. Não vejo, e vejo até perigos nisso: um deles, que também já escrevi, várias vezes, e já disse, é que se isso for uma regra automática, nós podemos instrumentalizar os processos por razões políticas (“eu não quero que aquele tipo esteja ali, constituo-o arguido”; sendo certo que constituir arguido é uma coisa fácilíssima). Isto não impede que, do ponto de vista daquilo que é a envolvência e o significado político do cargo, a constituição de arguido não possa ter um significado, mas não é como decorrência automática da constituição de arguido. Há que analisar as razões e o

# D.

que se conhece sobre a sua constituição de arguido. Podemos discutir e podemos até discutir se o próprio se sente ou não se sente em condições. O meu “não”, e é um não rotundo, é face a “foi constituído arguido, logo deve sair”.

**Por falar nos três poderes, a Justiça é o único que não se forma aos ombros de representantes eleitos. Isso é bom ou mau? Legitima-a ou enfraquece-a?**

Responder a essa pergunta é muito difícil. Você faz perguntas muito difíceis. Embora compreenda a dificuldade da questão, embora não tendo certezas, tudo pensado, acho que prefiro o nosso sistema em vez do sistema eleitoral, sem prejuízo de estar consciente de que a ausência de legitimidade democrática obriga a uma especial atenção a outras formas de legitimação, das quais destaco, por um lado, o modo de exercício da função e, por outro lado, a fundamentação das decisões.

**O procurador de Nova Iorque, Alvin Bragg, concorreu ao cargo com a promessa de que acusaria Donald Trump. Agora que o fez, que legitimidade tem essa acusação?**

Nenhuma.

**Para salvaguardar as instituições, deviam abafar-se casos cujos protagonistas são figuras públicas? É razoável o argumento de que não se deve expor mediática e judicialmente casos de corrupção ou de abuso de poder de uma alta figura do Estado para proteger a dignidade das instituições com um certo manto?**

Por princípio, não, ou seja, acho que o interesse de Estado não deve sobrepor-se nessas situações. Todavia, há situações e situações, isto é, é preciso confrontar as situações: qual a sua gravidade na escala das gravidades, e o que isso representa para o interesse de Estado. Uma bagatela pode ter significado jurídico, mas ser uma bagatela, caso em que admito que o interesse de Estado se sobreponha. Nos outros casos, diria que o interesse de Estado não se deve sobrepor, sobretudo se o caso em causa e que se confronta com o interesse de Estado afeta as características essenciais do exercício da função.



# D.

Costuma dizer-se que, à mesa, não se discute futebol, política e religião pela visceralidade das paixões sobre o tema. É um sinal dos tempos que esses pilares estejam, todos eles, com problemas na justiça? Não eram intocáveis, mas tinham uma certa divindade associada; é um momento que nos mostra que a nossa sociedade está a mudar?

Indiscutivelmente, sim. Havia um conjunto de instituições que tinham uma certa aura de sacralidade, que se perdeu, há uma dessacralização total desses aspetos da vida, incluindo a justiça. A justiça era uma coisa que não convivia connosco, hoje, a justiça é uma coisa muito lá de casa.

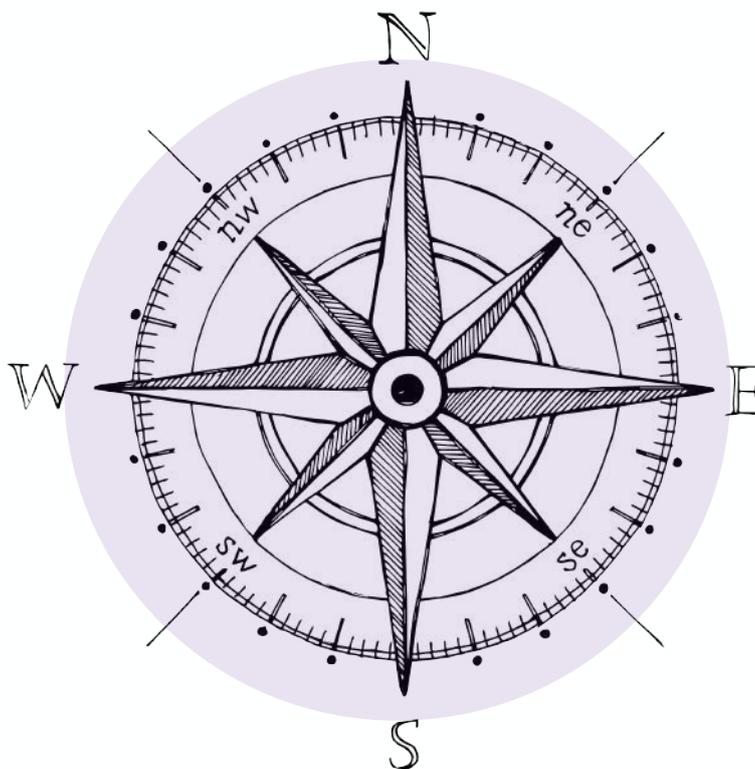
**Perante um tribunal, estamos mesmo só dependentes da bondade de estranhos para definir o nosso futuro?**

Não estamos só dependentes da bondade de estranhos, estamos dependentes de um conjunto de outras circunstâncias, como do modo como nos comportamos globalmente, do que fizemos, do modo como nos comportamos processualmente, de quem procuramos para nos ajudar, de um conjunto de circunstâncias que, às vezes, nos escapam e nos transcendem. No fim do dia, há uma componente que depende da bondade de estranhos.

**Parece que só agora é que se deixou de falar com seriedade sobre justiça. Pergunto-lhe, então, se alguma vez este tema foi tratado com o devido rigor, durante os 50 anos da democracia? Não teremos viajado diretamente da manta da obscuridade para o *voyerismo* que esventra?**

Passámos, praticamente, de uma coisa à outra. Do tempo da avestruz para o tempo do homem da gabardine. De um dia para o outro, assistimos à instalação progressiva desta espetacularização que se sucedeu a uma certa opacidade.

# D.



# BRAGA

UM DESTINO COM PASSADO, PRESENTE E FUTURO.

A importância do setor do Turismo para a economia portuguesa, 21.1 mil milhões de euros em receitas, 15.4% acima de 2019, fizeram de 2022 o melhor ano de sempre, tendência que se mantém nos primeiros meses de 2023. Em Braga, ainda que o recorde atingido em 2019 não tenha sido superado (625 mil), o número de dormidas no concelho cresceu 53,7% face ao ano anterior, fixando-se em 618 mil, duplicando mesmo o número de dormidas de estrangeiros, o que evidencia excelentes previsões de crescimento.

Braga é uma cidade com recursos turísticos únicos. A riqueza da sua história milenar, profundamente enraizada na fé cristã, associa-se a um património material incomparável, reconhecendo nas suas gentes uma marca de hospitalidade que eleva ao mais alto nível a excelência do destino.

**A riqueza da sua história milenar, profundamente enraizada na fé cristã, associa-se a um património material incomparável, reconhecendo nas suas gentes uma marca de hospitalidade (...).**

É também sinónimo de Turismo religioso, é amplamente reconhecida como um dos destinos europeus mais importantes, e um ícone do turismo nacional. Essa profunda relação histórica com a fé, faz de si, não apenas uma das cidades cristãs mais antigas do mundo, mas um verdadeiro santuário a céu aberto que cruza o património arquitetónico de diversas épocas com a modernidade e os caminhos da fé.

# D.

Desde a antiguidade, *Bracara Augusta*, como assim era conhecida, soube, sucessivamente adaptar-se aos tempos, a evidência presente está na sua população jovem, que nesta decide estudar ou procurar oportunidades em diversos setores, destacando-se o polo de novas tecnologias, o têxtil, o calçado, e um forte contributo do turismo. Mas é também verdade que as constantes transformações do presente, associadas a uma das maiores populações jovens do país, impõem novos desafios, nomeadamente para o Turismo. Importa crescer nas qualificações e no emprego, para sermos cada vez melhores numa das atividades mais competitivas. Mas não só. Também precisamos de atrair esse talento, de mais pessoas no setor melhorando os seus rendimentos.

## **Desde a antiguidade, *Bracara Augusta*, como assim era conhecida, soube, sucessivamente adaptar-se aos tempos (...).**

Esta transformação está ao nosso alcance. Sabemos que na próxima década o turismo poderá criar mais de 190 mil postos de trabalho, ou seja, uma média de 19 mil novos postos de trabalho por ano, de acordo com o Conselho Mundial de Viagens e Turismo. Mais, cada emprego no turismo gera 1,5 empregos em outros setores, o que demonstra que o turismo é uma atividade catalisadora de outras atividades e dinamizadora das economias locais.

Por outro lado, tal como tem vindo a destacar em várias das suas intervenções, o Papa Francisco, acredita no potencial transformador dos jovens e, aproveitando o clima de esperança e energia que sentimos por receber a Jornada Mundial da Juventude, considero um bom momento para reforçar o nosso compromisso: liderar o Turismo do futuro, mais sustentável, respondendo à

emergência climática que vivemos e que constitui a maior ameaça ao futuro das próximas gerações. O paradigma da promoção de um turismo sustentável constitui o pilar na nossa estratégia de turismo, e que vamos prosseguir através de um trabalho conjunto entre entidades públicas, empresas, sociedade civil e visitantes. Neste âmbito, importa referir que o reconhecimento pela Unesco do Santuário do Bom Jesus, como Património da Humanidade, é precisamente um bom exemplo que visa assegurar a preservação e valorização de um património histórico-cultural único e que constitui também uma mais-valia para a projeção de Braga no mundo. É através da sustentabilidade e autenticidade que temos de prosseguir a afirmação de Portugal como um dos melhores destinos turísticos à escala internacional.

### **Nuno Fazenda**

**SECRETÁRIO DE ESTADO DO TURISMO, COMÉRCIO E SERVIÇOS**



# D.



## O PAPEL DA MULHER, E DE TODOS NÓS, NA CIÊNCIA



**C**omo mulher, tive o privilégio de crescer num país e num tempo em que apesar do profundo desequilíbrio de géneros, as jovens eram incentivadas a estudar para poderem vir a ter uma profissão de que gostassem. Muitas agarraram e agarram essa oportunidade! As “mulheres na ciência” são aquelas que puderam estudar, escolher a sua profissão e fazer algo que as fascina. Umas privilegiadas!

**As “mulheres na ciência” são aquelas que puderam estudar, escolher a sua profissão e fazer algo que as fascina. Umas privilegiadas!**

Contudo, há iniquidades de género que se estima levem mais de 130 a corrigir. Em 2022, nenhum país no mundo tinha paridade de género, estando a Islândia, a Finlândia, a Noruega, a Suécia, a Irlanda e a Alemanha entre os melhores. Para reverter esta situação, a Comissão Europeia estabeleceu a estratégia (2020-2025) para a igualdade entre homens e mulheres, criando um quadro regulamentar, a aplicar em todo o mercado de trabalho, incluindo na investigação científica. Este tipo de iniciativa visa alertar, sensibilizar e sobretudo corrigir cenários de iniquidade salarial, de oportunidades, ou de progressão na carreira. Em Portugal, a investigação científica conta com 43% de mulheres, um valor superior à média mundial e europeia, semelhante ao que se observa nos Estados Árabes e inferior ao que acontece na Ásia Central e América Latina (45-48%). Ao olhar para este panorama, é legítimo perguntar se a igualdade numérica será a meta a ambicionar, ou, se não será antes a ausência de constrangimentos de qualquer tipo na escolha de uma profissão. Seja como for, a igualdade de género na ciência é, na minha opinião, um dos pontos fortes do papel das mulheres na sociedade.

# D.

Noutros domínios o cenário é bem menos promissor. O fim de todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas foi um dos alertas lançados pelas Nações Unidas na sua agenda 2030, através do Objectivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5. Infelizmente, estamos longe de o alcançar - pense-se na vulnerabilidade das mulheres em cenários de guerra, na profunda limitação dos seus direitos básicos imposta por movimentos fundamentalistas, ou na brutalidade da violência doméstica. Estas formas de discriminação, assim como muitas outras, com base na raça, nacionalidade, etnia, língua, religião ou estatuto social, estão muito presentes a nível global e, por vezes, de forma crescente.

**Estas formas de discriminação, assim como muitas outras, com base na raça, nacionalidade, etnia, língua, religião ou estatuto social, estão muito presentes a nível global e, por vezes, de forma crescente.**

Habitúamo-nos a pensar na ciência como chave para o combate ao preconceito e à discriminação. E de facto, fê-lo - melhorou o acesso a cuidados de saúde, alimentação, educação, saneamento e habitação, justiça e solidariedade – enfim, ganhou-se qualidade de vida. Mas a par com estes avanços, há profundos recuos. Basta olharmos à nossa volta. A ciência continua a fazer o seu caminho e a trazer soluções que nos encham de esperança e de orgulho. Pensemos na inteligência artificial generativa, na edição de genomas ou na colonização do espaço extraterrestre. Mas, cada vez mais, o rumo das aplicações e implicações da ciência podem fugir do nosso controlo. Juntam-se as vozes que alertam para os riscos associados a alguns desenvolvimentos recentes que, se não forem bem usados, irão acentuar e gerar novas formas de discriminação. Quanto mais poderosa for a ciência e a tecnologia, mais estas se devem alicerçar na filosofia, particularmente na ética. Alinhar o desenvolvimento tecnológico com os princípios morais e os valores que regem o comportamento humano são o grande desafio que temos pela frente. Nem sempre temos feito isso muito bem, mas se não o fizermos agora poderá ser tarde demais. Esta é uma importante missão que mulheres e homens, em conjunto, têm em mãos.

**Alinhar o desenvolvimento tecnológico com os princípios morais e os valores que regem o comportamento humano são o grande desafio que temos pela frente.**

**Célia Manaia**

**PROFESSORA ASSOCIADA COM AGREGAÇÃO DA ESB-UCP**

# D.

## A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

DAR DOMÍNIO À PRÓPRIA VIDA



**A** corrida atrás da igualdade e da inclusão é inacabável. Não só, porque a representação de igualdade é diferente para todos (o que, conseqüentemente, reflete diferentes perspectivas de inclusão), mas também porque há “igualdades” mais convenientes a serem atingidas do que outras.

Nos dias de hoje, felizmente, a meta encontra-se mais próxima, no que diz respeito a determinados assuntos, não obstante haver temas em que a inclusão é apenas uma aparência – desde logo, o caso da integração das pessoas com deficiência, física ou intelectual, na comunidade.

Almejamos ser uma sociedade completa, mas somos incapazes de capacitar as pessoas com deficiência a serem autónomas – diria que isto é algo que está à vista de todos, mas, aparentemente, tal não é assim tão certo. Estamos sempre tão preocupados em satisfazer a nossa definição de igualdade e inclusão, que nos tornamos, verdadeiramente, insensíveis no que toca a perceber que coisas mínimas, como o simples facto de um passeio não ter uma rampa, vão impedir aquele que usa uma cadeira de rodas de aceder ao mesmo, obrigando-o a mudar o caminho ou a forçá-lo a depender de outra pessoa para ajudar a suprir estas falhas (extrínsecas a ele, mas intrínsecas à sociedade) que, tradicionalmente, desconsidera quem, à partida, já se sente excluído; afirma-se, assim, o sentimento de pouco domínio sobre a própria vida e, mais gravoso: estabelece-se, de forma forçada, a dependência.

**Almejamos ser uma sociedade completa, mas somos incapazes de capacitar as pessoas com deficiência a serem autónomas – diria que isto é algo que está à vista de todos, mas, aparentemente, tal não é assim tão certo.**

# D.

Se falarmos de quem tem uma deficiência intelectual, a primeira reação é recorrente: infantilizar; assumir como verdade irrefutável que essas pessoas não podem ou não devem ser autónomas; que não sabem discernir entre o certo e o errado; e que não lhes devem ser confiadas as responsabilidades básicas. Desta forma, o processo de avaliação das suas capacidades (perceber de que maneira devem ser estimuladas e desenvolvidas) torna-se irrealizável, no fundo, porque até aqueles a quem nada é diagnosticado encontram dificuldades a inserir-se no modelo único que o coletivo projeta para todos.

**(...) até aqueles a quem nada é diagnosticado encontram dificuldades a inserir-se no modelo único que o coletivo projeta para todos.**

A verdade é que cada um tem capacidades e impedimentos distintos, que cada um necessita de estímulos individualizados; ainda assim, parece mais fácil categorizar as deficiências intelectuais, representando-as de uma forma única. Assume-se que é uma infelicidade para quem as tem, quando, na verdade, só é infeliz quem assim pensa. Desde logo, desacredita-se e descartam-se as possibilidades de as pessoas com deficiências intelectuais serem capazes de ser membros ativos e úteis na sociedade, sem tampouco lhes devolvermos a autonomia que, por direito, lhes pertence, para que estes possam e tenham forma de demonstrar serem capazes.

**Assume-se que é uma infelicidade para quem as tem, quando, na verdade, só é infeliz quem assim pensa.**

No meio social, é necessário instigar essas capacidades: seja a faculdade de manter um trabalho; comer autonomamente; realizar pequenas tarefas; ou até fazer um pequeno e simples movimento – qualquer estímulo é a arma necessária para combater o capacitismo.

Por fim, cabe-nos interiorizar que ninguém nasce ensinado e que todo o processo de desenvolvimento físico e intelectual deve ser trabalhado, de forma incessante, no ambiente familiar; escolar; com o auxílio das entidades responsáveis pela inserção social; e tendo em consideração todos os fatores externos intervenientes. Tudo isto, sem esquecer que, no fundo, cada indivíduo representa um nível de autonomia ímpar, cabendo à sociedade ser capaz de tornar possível a inclusão, sem adotar os caminhos, necessariamente, mais fáceis.

**Isabel Madureira**

**ALUNA DE DIREITO DA CATÓLICA NO PORTO**

# Italiani, Brava Gente (?)

*What we can understand about Italy's view of its own past from Italian cinema*

It is no secret that Italy's military records often are the subject of jokes but, interestingly, Italy's public opinion and intellectual circles have adopted this belittling interpretation to rid themselves of any trace of "war guilt", an effort that has also been very successful abroad. This is clearly shown by Italian-made films about the war years, I will analyse three films from different periods (*Rome, Open City; Italiani Brava Gente; Mediterraneo*) to follow the gradual establishment of the *Italiani Brava Gente* narrative in Italian and international public opinion.

## Rome, Open City

Roberto Rossellini's 1944 masterpiece *Rome, Open City* is effectively the opening of Italian Post-war cinema. In a war-torn Rome, the title itself refers to the Italian government's "opening" of the city to protect it from bombing, we follow the experience of civilians who staunchly resist German occupation. With the notable exception of the Italian Fascists collaborators, that however have secondary roles, the Germans are the personification of Evil. They treat Luigi's brutal torture as a bureaucratic matter. They shoot Pina dead while she's chasing after the truck that is taking her fiancé away on the day of their wedding and they execute Don Pietro before he finishes his final prayer.

# D.



*1 - Luigi's Christ-like sacrifice under torture is blessed by Don Pietro, note how the two Italian collaborators (Right) are peripheral*

*Rome* portrays an aspect of Italy's Second World War that is faithful to the truth, the setting is after all taken from the actual ruins of Rome. Italian civilians did in fact endure great hardship during the occupation. However, how to reconcile the innate 'goodness' of Italian civilians under occupation with the expansionist wars that just a few years prior Italians had started and contributed to? After all, the film was being shot while the first Conference of the United Nations was taking place in San Francisco, to which Italy, as a defeated country, had not been invited. This complicated period, with the impending peace negotiations in Paris that threatened to enforce a punitive peace on Italy in spite of years of German occupation, fuelled a politico-intellectual movement to separate "Mussolini's Italy", responsible for the war, from "democratic, antifascist Italy" which had sided convincingly with the Allies.

# D.



2 - The famous scene of Pina chasing after her soon to be husband, she is about to be gunned down by a German soldier

## Italians, the Good People

While *Rome* was shot while the war was still ongoing, the period right after the end of hostilities was fundamental to establish the narrative of Italy's victimhood. Trying to make the Allies' peace terms as lenient as possible, there was an attempt to portray Italy's expansionism as "harmless". According to this interpretation, the Italian army invaded Greece, Yugoslavia and even Russia against its will, and when there it familiarised with the locals and was a "good" occupier, or at least far better than the Germans.

This interpretation has come to be remembered as the *Italiani, Brava Gente* (Italians, the Good People) myth and it is perfectly portrayed in a film of the same name. In Giuseppe de Santis' 1964 film *Italiani brava gente* we follow a contingent of the Italian army that is sent to participate in Operation Barbarossa. The soldiers are for the most part disgusted by war and keep repeating how much they miss home. They are more interested in making friends with the local women than in chasing after partisans and in general prefer the Russians to the Germans: The first act of violence of the Italian soldiers in Russia is a fist-fight with a German soldier!

# D.



*3 - Left: Italians familiarise with a Russian partisan. Right: A German stops an Italian soldier from sharing bread with a prisoner.*

# D.

## Mediterraneo

The most famous Italian film from the 1990's is obviously *La Vita è Bella* (Life is Beautiful) but another film set during the Second World War won an Oscar: Gabriele Salvatores' 1991 *Mediterraneo*. The film follows a group of Italian soldiers sent to occupy a beautiful Aegean island. Again, the soldiers are completely disinterested in fighting and spend their time painting, reading and playing cards and football. They also familiarise with the locals and inevitably get acquainted with local women, clearly a *cliché* of Italian war movies. The soldiers' Greek holiday is inevitably interrupted by the arrival of the evil Germans but the interesting thing about *Mediterraneo* is really its apolitical nature. In Salvatores' film, the war is just a background, an excuse to portray the search for purpose and adventure of young men. The war is subservient to the plot but is not the plot, as the protagonists are soldiers but are first and foremost young naïve men, the subtitle in the film poster says "for all those who run away".



4 - *Mediterraneo*

That is, I argue, the most interesting thing: in 1991, only 50 years after the Italian invasion of Greece, a film could be made about Italian soldiers occupying a Greek island that took for granted the Italian occupiers were "Good people", without polemics or diplomatic protests. The fact that the film won an Oscar is a sign the "Italiani Brava Gente" narrative had been internationally accepted.

# D.

## **The past is never really passed**

I have shown how Italy, in spite of having been a founding member of the Axis, alongside Germany and Japan, has not really internalised the “guilt” for its WW2 experience. While war crimes committed by Italian soldiers are well documented, Italians are barely aware of them and generally agree with the interpretation that Italian soldiers really did not want to go to war. Every country that took part in World War Two has something that it has trouble facing. The most common response is self-victimhood, in the case of Italians their (narrated) tragedy is to have been sent to a war they did not want to fight by a dictator, Mussolini. It is interesting, however, how they prefer to represent their grandparents who went to war as inept than accepting that they knew what they were doing. After all, if we convince ourselves Italian soldiers preferred to play cards and seduce local women to actually fighting in war, it is not surprising that they were so bad at it.

**Andrea Brignone**

HISTORY STUDENT AT LANCASTER UNIVERSITY



## Exploring the Potential of Central Bank Digital Currencies (CBDCs):

### *Benefits, Challenges, and Considerations*

Central bank digital currencies (CBDCs) are certificate of deposit that allows firms and individuals to open accounts in the central banks (CBs) (Blower, 2023). There are two ways in which CBDCs can be developed. One is simply the addition of the certificate to the current payment system, and the other, the one I will focus on in the text, relies on a complete transformation of the payment system through blockchain.

The token would be an electronic version of cash accessed through digital wallets. Through them, consumers could use it to invest and spend using nothing more than a phone (Bank of England, 2023). However, a critical remark made by the Bank is that the token would not replace cash. According to the institution, as long as consumers are willing to use physical money, the "Digital pound" will not change that.

**(...) as long as consumers are willing to use physical money, the "Digital pound" will not change that.**

Nevertheless, such a structural change would involve a massive initial investment to change the clearing and settlement process, from staff specialization to hardware and software. What guarantees that the cost will not exceed the benefit? (Yates, 2023). CBs do not have a clear answer to this matter and may never do, as the judgement includes many qualitative variables. Still, a mechanism to save on the process could be contracting with private entities already acquainted with crypto tech, as China did with the help of 4 leading banks to start the test of their CBDC in April 2020 (Bercetche, 2021).

# D.

Another argument favouring the token is to improve the efficiency of monetary policy. Assuming that the token would yield interest, the interest rates could improve monetary policy transmission into the economy, especially if bank notes are no longer an option (Yates, 2023). However, reputational risks may arise from such power, as governments could not only destroy money with a negative interest rate but also have access to all the transactions of the population.

A third argument favouring CBDCs is the "stability" they would bring to the crypto market by introducing a regulated token. Stablecoins are a crucial element to ensure liquidity within the crypto market as they smooth trading by reducing the time of transactions. The significant advantage of CBDCs against them would be the insurance of the pegging condition, something violated in the last year, even by the most traded token, Tether USD (Chipolina & Martin, 2022). Still, is this enough to reduce the risks in the crypto market? Or will the CB expose the entire economy to crypto risks that are still very far away from being properly regulated, as the FTX fall showed?

**Stablecoins are a crucial element to ensure liquidity within the crypto market as they smooth trading by reducing the time of transactions.**

All the previous points lead me to conclude that introducing such a transformation in the payment system should take more time and effort in the design. CBs must carefully run the efficiency gains calculations as the current system does not seem inefficient from the consumers' point of view. Furthermore, putting such an essential piece of the economy in a very unregulated and volatile technology may provoke unpredictable outcomes and expose depositors to unnecessary risks.

**Rúben Pimentel**

**MASTER STUDENT IN MONEY, BANKING AND FINANCE  
AT LANCASTER UNIVERSITY**

D.

ARTE EM  
DESTAQUE

# Livraria LELLO

POR JOSÉ MANUEL LELLO  
4.ª GERAÇÃO DA FAMÍLIA LELLO

Contar toda a história da Lello, no espaço que me está atribuído, é uma tarefa impossível. Mas, aceito o desafio com gosto. Ficam de fora, desta vez, partes importantes de um todo, focando apenas na Livraria Lello, isto é no icónico edifício do Porto, no número 144 das Rua das Carmelitas.

Assim não se falará, da parte editorial, referência no final do século 19 e pujante até ao início do século 21, da parte industrial - gráfica modelo, a maior da península ibérica inaugurada em 1922, bem como da parte comercial, com a Credillello, venda direta de livros, ou da expansão para o Brasil, onde as vendas chegaram a ultrapassar as feitas em Portugal. A ELB, Editora Lello Brasileira, foi determinante na exportação de importantes autores nacionais, bem como a Lello SARL, empresa atuante nos atuais Palops, propriedade de familiares.

José Pinto de Sousa Lello, natural de Fontes, Santa Marta de Penaguião era um jovem culto, interessado em livros e música, e decide estabelecer-se no Porto, em 1881, abrindo uma Livraria na Rua do Almada, número 18/20. Primeiro estabelece-se em sociedade com o cunhado, David Pereira, e, após a morte deste em 1889, faz sociedade com o seu irmão António, mudando a designação social para Lello & Irmão, nome que ficará gravado na fachada do edifício da Rua das Carmelitas.

Temos que recuar no tempo, e imaginar uma livraria do século 19, bem diferente do comércio atual. Nessa época, a actividade de distribuição, venda a público, e edição coexistiam. Edita de imediato o primeiro de muitos títulos, o “Manual Homeopático”.

### **Temos que recuar no tempo, e imaginar uma livraria do século 19, bem diferente do comércio atual.**

Alcança rápido e sólido sucesso na sua actividade, bem como uma reputação de seriedade, singrando com êxito num meio competitivo e numa cidade que nessa época albergava algumas das mais importantes livrarias Portuguesas.

Rapidamente a Rua do Almada torna-se pequena para a dimensão da Lello, e, para a ambição dos seus proprietários. Na sequência da demolição do convento das Carmelitas, a Câmara do Porto decide criar um moderno bairro, e em 1904 procede á venda em hasta pública de inúmeros lotes, tendo José Lello adquirido um.

Recorrem ao engenheiro Xavier Esteves, seu correligionário Republicano e amigo, para aí construir um edifício, destinado a sede da Lello & Irmão. A ambição era grande - construir “ um Templo á Arte ! Um templo ás Letras ! “, como se lê no Álbum Descritivo publicado na sequência da abertura a 13 de Janeiro de 1906.

A fachada, muito garrida e ornamentada, em estilo neo-gótico, é única na cidade do Porto, causa admiração, que se transforma em espanto depois de franqueada a porta. O pequeno espaço agiganta-se - para isso contribui a escada, uma das primeiras obras em cimento armado, que parece flutuar até ao enorme vitral. Uma decoração riquíssima nos tectos e nas paredes, e, um ambiente requintado transportam os clientes para um “outro mundo”... Xavier Esteves, soube bem interpretar os desejos dos seus clientes, e, criar uma enorme livraria num espaço exíguo...

**A fachada, muito garrida e ornamentada, em estilo neo-gótico, é única na cidade do Porto, causa admiração, que se transforma em espanto depois de franqueada a porta.**

Aí funciona a livraria, durante quase 90 anos, cujo espaço destinado ao público ocupa apenas 1/4 do edifício, bem como os serviços comerciais e administrativos da empresa.

Em 1994, encerra durante alguns meses, para aquilo que foi a maior transformação da sua história - a ocupação da totalidade do edifício em livraria, num conceito atual de comércio livreiro. Assim, a 15 de Março de 1995, renasce uma grande e moderna livraria, inteiramente informatizada, com uma vasta e diversificada oferta, ambiçõando ser a melhor da cidade, uma das melhores de Portugal.

Hoje, a Livraria Lello, é um estabelecimento comercial singular - uma atração arquitectónica genuína, uma loja onde se vendem livros, muitos livros, a turistas, mais de 90% estrangeiros, que os levam como recordação da visita.

Que diriam os fundadores, os irmãos José e António Lello, bem como todos os que a construíram, os que estiveram em 1906 na inauguração? E, até aqueles que durante mais de 100 anos trabalharam na casa? Nunca se saberá, mas certamente muito estranhariam a Livraria Lello de hoje, sobretudo depois das alterações realizadas nestes últimos 2, 3 anos, às quais sou alheio, e que tem “deslocado” a livraria para uma função museológica, com uma reduzida oferta de livros, afastando-a do seu propósito matricial - difusão da cultura.

Já nesta época era visitada por turistas, prova disso, um livreto publicado em 1995, com uma brevíssima história da Livraria Lello e as obras que tinham sido efectuadas, foi publicado em 4 versões - português, inglês, francês e espanhol.

Anos depois, a partir de 2015, de novo, obras de restauro, faseadas e profundas desta vez.

Em simultâneo, e face a um fenómeno invulgar de afluxo turístico, milhares de visitantes por dia, impõe-se regular o acesso ao edifício, mediante a aquisição de um voucher descontável na aquisição de livro.

# D.

## Os PREFERIDOS

Rui Silva Leal

**Livro favorito?** Adoro ler. Toda a vida o fiz. E há livros que me marcaram e que, por isso, por vezes, releio, nem que seja apenas partes. Um favorito? É muito difícil e arrisco um: “Cem anos de Solidão” (Gabriel García Márquez).

**Filme favorito?** Apesar de muito antigo, “Citizen Kane”, de Orson Welles.

**Viagem de sonho?** Volta ao mundo.

**Memória?** 20 de maio, o dia em que conheci a Paixão da minha vida, a minha Mulher.

**Na secretária, o que é que nunca falta?** A fotografia da minha Mulher, papel, livros, códigos e água.

**Prato preferido?** Tripas à moda do Porto e nunca bacalhau.

**Qual é a primeira coisa que faz ao acordar?** Sorrio por dentro, porque estou cá outra vez.

**Para começar bem o dia, o que não pode faltar?** Um café.

**Qual a primeira coisa que faz quando chega a casa?** Tiro a gravata.

**Como ocupa os seus tempos livres?** Viajando, lendo, tocando viola e falando à exaustão com a minha Mulher.

**Qual o seu lema de vida?** Primeiro o outro, depois o outro e só depois...o outro outra vez.

**Se pudesse escolher outra profissão, qual seria?** A Advocacia sempre, uma e outra vez.

**Qual o tema da atualidade que mais a/o faz pensar hoje/esta semana?** A preocupação com a degradação das instituições e, por inerência, da democracia.

**Se pudesse mudar 1 aspeto em Portugal, o que seria?** São demasiados os aspetos que mudaria, desde a situação da justiça, da saúde, da educação, da segurança social, e tantos outros que não me é possível individualizar nenhum deles.

**Qual a situação no seu ambiente de trabalho que mais a/o marcou?** Nunca deixaram nem deixarão de me marcar as injustiças a que assisto, com demasiada frequência, nos tribunais.

# D.

# DIURNA.

**Com toda a ousadia, uma última vez, escrevi-o.**

**P**ela última vez na qualidade de Diretor do Diurna., o Jornal Nacional dos Estudantes da Universidade Católica Portuguesa, escrevo este Editorial procurando inspiração nas palavras que escrevi para o encerramento d' As Conferências do Diurna., provavelmente, o momento alto da minha vida académica.

Nesta despedida nostálgica, confesso — honestamente e sem pudor — a minha admiração pelo que se construiu em 3 anos. O destaque que conquistámos desde o primeiro momento deve-se, na minha opinião tendenciosa, mais do que ao engenho que depositamos na criação do produto final, à credibilidade dos nomes que se associaram graciosamente a este projeto. Esses vultos — reconhecidos na praça pública — estiveram ao nosso alcance por dois motivos fundamentais: primeiro, porque estamos na Universidade Católica, pejada ao longo de uma história de 55 anos por figuras incontornáveis da Academia e para lá dela; segundo, porque dentro da Universidade encontrei doses incalculáveis de generosidade... imbuídas nessa dita generosidade, figuras para com quem estarei eternamente grato, abriram-me portas que de outra forma se teriam tornado intransponíveis. É assim que, Intrinsecamente, o nosso modo de estar passou a acreditar que não existiam impossíveis, elevando os patamares da exigência e da ambição.

A missão de expandir o Diurna. da Católica no Porto para a Católica em Lisboa, onde estudei por um semestre ao abrigo do programa de intercâmbio entre as Escolas de Direito, foi talvez a parte mais feliz, a título pessoal, desta empreitada que marcará as minhas memórias universitárias. Feliz pela cidade que acarinho e que ficou mais perto. Mas também pelas pessoas com que passei a trabalhar. Foi em Lisboa que conheci a minha sucessora como Diretora do Diurna., a Catarina Andrade, alma agitada e irrequieta, que (felizmente) partilha os meus horários indecentes, o meu humor afiado e, mais importante do que isso, a tenacidade, inteligência, cultura e dignidade que o Diurna. exige da sua figura de proa. A obreira do Diurna. em Lisboa, durante o último ano, com solavancos e desentendimentos que nos tornaram os melhores parceiros, aprendeu tudo o que lhe podia ensinar e, de setembro em diante, estará tão ou mais equipada do que eu alguma vez estive para consolidar e fazer crescer este jornal único, distribuído pelos quatro campi da Universidade.

# D.

O Futuro liderado por outros fica assim cargo da Equipa que construíu comigo os últimos meses. No Porto, a Maria Luís Gaspar, o Guilherme Santos e a Catarina Ferreira. Em Lisboa, a Catarina Andrade, a Maria Pia Silva, a Joana Yee e o Pedro Almeida e Brito. Em Braga, o David Vaz. E em Viseu, a Francisca Santos.

Esse Futuro espero que seja vivido sem nunca esquecer as seguintes recomendações: **1.** O Diurna. é um projeto de alunos mas não é apenas para alunos. É para toda a comunidade académica. É pensada para lá, inclusive, dos muros da Universidade. É para todos os que o quiserem ler e com ele aprender. **2.** Essa pluralidade constrói-se a partir de dentro, dando repercussão às múltiplas áreas de saber sobre que se pensa na Católica. **3.** O Diurna. é um produto em si mesmo, não uma estrutura, um grupo ou uma organização. O foco deve sempre ser o produto final. Os que fazem, pelo que aprendem e pelo vivem, são meros instrumentos para um produto maior que qualquer um de nós. **4.** Manter a ambição alta, muito alta. **5.** Acompanhar de muito e rigoroso trabalho essa ambição, para que seja consumada com brio, qualidade e dignidade.

Deixadas estes últimos comandos, saio volvidos três anos intensos, grato, feliz e de alma preenchida de memórias, na expectativa de ter construído com todos um projeto que orgulhe a nossa Universidade. Que orgulhe a sua incubadora, a Católica no Porto, cuja capacidade de criar e partilhar talento é ímpar. Que orgulhe as diferentes Equipas que tomaram parte neste projeto. E que orgulhe os meus.

Despeço-me com a seguinte certeza: o Diurna. não teria sido possível em mais Universidade alguma deste país. As vezes que senti a generosidade de todos aqueles com quem me cruzei — a Senhora Reitora, o Professor Manuel Fontaine, a Professora Rita Lobo Xavier, o Professor Agostinho Guedes, a Professora Mónica Duque, o Dr. Artur Santos Silva, o Dr. António Lobo Xavier, o Dr. Francisco Mendes da Silva, o Dr. Paulo Rangel ou o Dr. João Vieira de Almeida, só para mencionar alguns — são verdadeiros traços desta casa e daqueles a que ela se associa.

Com toda a ousadia, uma última vez, escrevi-o. Com os olhos postos no Futuro e a alma a desprender-se aos poucos, a contragosto, deste pedaço de mim que me fez maior.

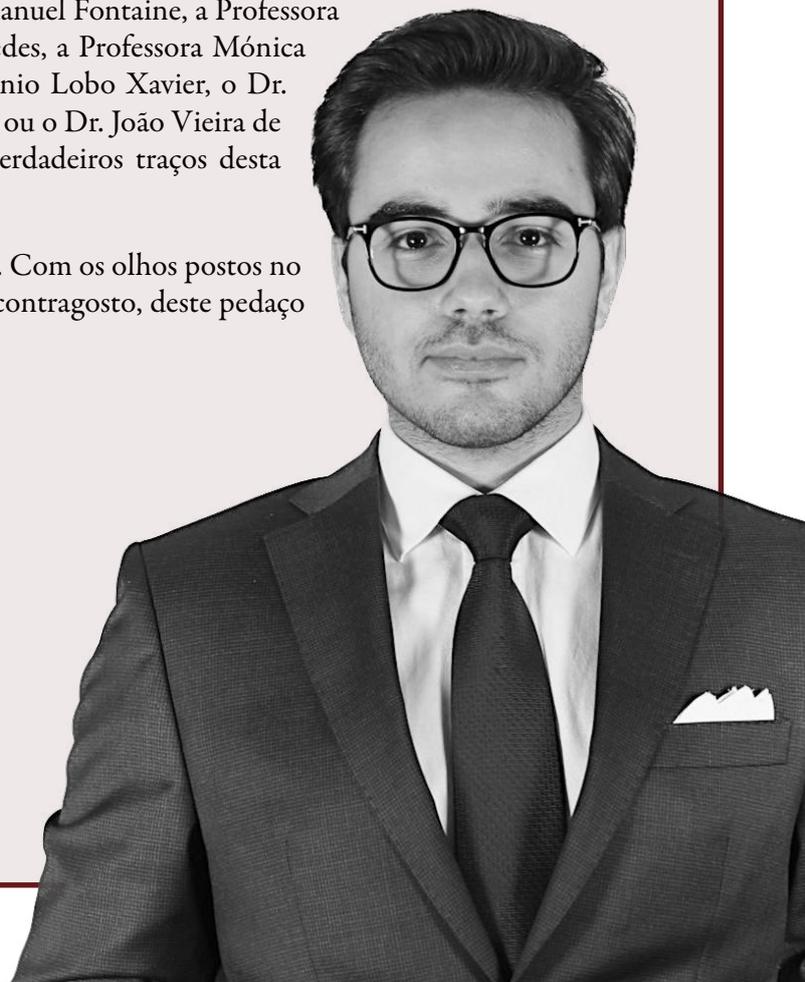
Obrigado a todos.

Maio de 2023



**Nuno Brochado de Agarez,**

Diretor Nacional do Jornal Diurna.



# D.



*A Equipa do Diurna. deseja-vos uma ótima leitura.*

---

Diurna.

OS TEXTOS DOS AUTORES CONVIDADOS  
NÃO SÃO SUJEITOS A QUALQUER PROCESSO  
DE REVISÃO, POR RESPEITO AO ESTILO  
PRÓPRIO DE CADA UM.

# D.

A Equipa do Diurna. dedica esta última edição ao Nuno Brochado de Agarez, fundador deste jornal. Impulsionador de um projeto inigualável, concretizou-o, ao longo dos últimos três anos, sempre com a mesma ambição e dedicação, marcando todos aqueles que com ele se cruzaram.

Ainda, a todos os que o permitiram, em especial, à Universidade Católica Portuguesa, em particular, à Senhora Reitora, Isabel Capelo Gil, ao Senhor Vice-Reitor, José Manuel Pereira de Almeida, e à Senhora Presidente do Centro Regional do Porto, Isabel Braga da Cruz, e à Faculdade de Direito, em particular, ao Prof. Doutor José Lobo Moutinho, ao Prof. Doutor Manuel Fontaine e à Prof. Doutora Ana Taveira da Fonseca.

Finalmente, aos que, de uma forma especial, marcaram este percurso: à Prof. Doutora Rita Lobo Xavier, ao Prof. Doutor Agostinho Guedes, ao Prof. Doutor Henrique Sousa Antunes, à Dra. Mónica Duque, ao Dr. Artur Santos Silva, ao Dr. António Lobo Xavier, ao Dr. Francisco Mendes da Silva, ao Dr. Paulo Rangel e ao Dr. João Vieira de Almeida.

Em Setembro, é tempo de dar mundo às ideias,  
sempre com a mesma ousadia de escrever.

---

D i u r n a .

Catarina Andrade

Diretora Nacional do Diurna. a partir de junho de 2023



# D.

## DIREÇÃO NACIONAL

*DIRETOR NACIONAL*

NUNO BROCHADO DE AGAREZ

*EDITOR IN CHIEF - PORTO*

MARIA LUÍS GASPAR

*EDITOR IN CHIEF - LISBOA*

CATARINA ANDRADE

## EQUIPA EDITORIAL

*PORTO*

LÚCIA CATARINA FERREIRA

GUILHERME SANTOS

*LISBOA*

MARIA PIA SILVA

PEDRO ALMEIDA E BRITO

JOANA YEE

*BRAGA*

DAVID GOMES VAZ

*VISEU*

FRANCISCA SANTOS

O JORNAL NACIONAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

PORTO | LISBOA | BRAGA | VISEU